



Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira, Alexandre Miguel Cardoso Teles e Francisco Miguel Guerreiro Cabral.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) e Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Carvalho, Fernando Miguel Catarino José, Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Sónia Isabel Leal Maurício Martins e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Fernando Mimoso Negrão, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Afonso Augusto da Silva Luz, Luís Manuel Barreto Leitão e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, e conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes e Pedro Miguel Pereira Florêncio, conforme documentos registados sob os n.ºs 7 a 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho, conforme documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 12 e 13, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), tendo sido substituído pela Vogal Isabel da Conceição Gomes Martins de Aguiar Quadros, a Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída pela Tesoureira Dora Cristina Soeiro Mira e a Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída pelo Vogal Hercílio José Demétrio Ferreira, conforme documentos registados sob os n.ºs 14 a 16, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins da Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Maria Helena Crispim Pratas, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.



Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve inscrições.

VOTAÇÃO DA ATA

● Ata da sessão ordinária da Assembleia de 28 de fevereiro de 2025

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

● Ata da sessão extraordinária da Assembleia de 28 de março de 2025

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

a) Interpeleções ao Executivo

Alexandre Teles (PSD) – Senhor Presidente da Câmara, tem circulado de forma intermitente entre reuniões, assembleias e comissões a possibilidade de um contrato de comodato por 20 anos do Ecoparque, localizado em plena Arrábida, um dos nossos ex-libris. Quando se tenta aprofundar e clarificar os contornos do mesmo, surge uma falta de transparência e uma névoa incompreensível sobre o mesmo.

Apesar de estarmos próximos do final do mandato, persistem alguns tiques e antigas manias do “quero, posso e mando” sem qualquer respeito pelos representantes dos setubalenses e azeitonenses. Uma das grandes desculpas apresentadas é que a Autarquia não tem capacidade para efetuar o investimento necessário no local, quando, por outro lado, se proclama que este é um mandato com o maior investimento de sempre. Não é Sr. Presidente?

Trata-se na verdade de uma falta de capacidade de gestão do atual e dos anteriores executivos. Além disso, surge um contrato de comodato completamente escondido na gaveta da secretária de alguém, que ninguém conhece, mas todos já ouviram falar nele, juntamente com alguns possíveis pareceres jurídicos do anterior e do atual executivo.

Sem me querer alongar no assunto, que em nada dignifica esta casa e que nos deve envergonhar a todos, deixo aqui um desafio ao Sr. Presidente, para quando o esclarecimento cabal sobre todos estes contornos obscuros, falta de ética e tiques editoriais do anterior executivo, pela assinatura de um contrato de comodato que vocês sempre o conheceram? Para quando a disponibilização de todo o histórico de documentação para que possa ser analisada no local devido e com a contribuição de todos?

Vítor Rosa (BE) – Na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro, deste ano, coloquei aqui um conjunto de questões sobre o Vitória Futebol Clube. É nosso entendimento que algumas ficaram sem resposta e outras, porque passaram dois meses, podem ter sofrido alguma evolução.

Nesse sentido, considerando que o direito de superfície dos terrenos onde está edificado o Estádio do Bonfim foi assumida a sua posse pela Autarquia, através da aceitação dos créditos hipotecários de uma entidade bancária mediante o pagamento de 300 mil euros, pergunto, que impacto pode vir a ter o projeto sobre esse direito e se estão salvaguardadas todas as cláusulas desse direito, já que se fala de eventuais construções com a anulação dos topos do estádio.

Tem a Câmara Municipal conhecimento de algum contrato de compra e venda no valor de 22 milhões de euros, com uma apreciação do topo Norte em 10 milhões e o topo Sul em 12 milhões?

Sendo a Câmara a detentora do direito de superfície dos terrenos onde está edificado o Estádio do Bonfim, existe ou não alguma obrigação legal para que a mesma seja consultada em todas as fases do projeto? Se sim, qual tem sido o parecer da Câmara Municipal até ao presente momento?

O projeto será objeto de algum Plano de Pormenor, de estudos de impacto a nível ambiental ou rodoviário? Atendendo à proximidade do Parque da Várzea e da Ribeira do Livramento ou o já muito congestionado tráfego que essa zona tem, bem como a Avenida Rodrigues Manito, que informações podem ser aqui dadas?

Paulo Lopes (PS) – Senhor Presidente, ontem todos nós passámos por um momento inédito, um apagão de eletricidade geral e importava fazemos um ponto da situação sobre como reagiu o sistema em termos concelhio. Ou seja, tivemos a informação que em alguns pontos da cidade faltou água, mas gostaria de saber se essas falhas eram previstas, dada a falta de eletricidade? Se havia algum subsistema, em termos elétricos, que pudesse colmatar essa falha de energia? Se existe algum plano, do ponto de vista da resiliência, para tentar colmatar essas falhas?

Ao fim ao cabo, fazer um apanhado da situação, dos pontos fortes e dos pontos fracos que o nosso sistema aqui tem, em termos de resiliência, para um evento destes, que já todos percebemos que pode voltar a acontecer novamente.

Passou pouco tempo do acontecimento, menos de 24 horas, acredito que ainda não estejam na posse de todos os dados e o que eu propunha era, até junto de uma Comissão, a do Ambiente por exemplo, que o executivo pudesse fazer um apanhado daquilo que correu bem, o que correu menos bem e aquilo que pode ser melhorado numa perspetiva para sempre no sistema.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Três questões a colocar ao Sr. Presidente da Câmara.

Se existe mais alguma resposta da parte do Governo sobre aquela dita rocha que existe na Arrábida e que está a criar grandes condicionamentos? Não sei se há alguma novidade sobre isso, mas é que estamos a ficar cada vez mais perto da época balnear e é uma preocupação, que penso ser de todos.

Vou trazer aqui novamente uma situação que já trouxe aqui algumas vezes, sei que isso não é fácil, mas pedia aqui a intervenção do executivo da Câmara junto da Brisa, porque quando foi construído aquele troço para ligar a Mitrena à autoestrada, o troço de Alto da Guerra/Casas Amarelas, não foi tido em atenção que existiam ali habitações a cerca de 50 metros daquela via rápida. O que acontece é, que existe muitas construções a 50/60 metros e só foram colocadas algumas barreiras acústicas mesmo junto às pontes.

Isto é uma preocupação muito grande, nós comunicámos à Brisa e comunicamos às Infraestruturas de Portugal, tivemos a resposta das Infraestruturas de Portugal que isto é da responsabilidade da Brisa, mas a Brisa ainda não respondeu sobre isto. É uma situação que nos preocupa bastante, porque estão pessoas a viver ali mesmo junto à via rápida.

Outra questão, que também já trouxe aqui várias vezes, que é a necessidade urgente de se criar uma rotunda no Vale da Rosa. Esta rotunda, além de ir criar uma facilitação grande a todo o tráfego, também ia limitar a velocidade naquela zona do IBIS e ia permitir que os moradores do loteamento do IBIS fossem à rotunda e não virassem logo diretamente para Setúbal. Também recebemos uma resposta das Infraestruturas de Portugal e eles não vêm com bons olhos a colocação ali de uma passadeira, porque uma passadeira naquele sítio podia contribuir ainda para existir mais acidentes, uma vez que naquela zona existe uma paragem de autocarro que tem pouca visibilidade e pouca luz. Na nossa opinião, a solução para isto era mesmo a criação dessa rotunda que ligasse a Estrada Nacional 10 ao Vale da Rosa, o que ia resolver todos estes problemas.

António Costa Ferreira (PSD) – Só quero colocar três questões.

Em função de um esboço do grupo de trabalho que está a analisar a problemática do contrato de concessão, há uma parte que está previsto a devolução ou não do anexo 9. Ao ser devolvido o dinheiro correspondente, gostava de saber qual era o montante que a Câmara se refere a essa hipótese em receber o dinheiro em vez de a obra ser feita por alternativa a outras.

A segunda questão tem a ver com uma obra que já se arrasta, talvez há dois meses, que é uma melhoria do pavimento na Avenida Rodrigues Manito e que, talvez, a bondade do projeto seja de equacionar. Mas, quer o seu traçado que tem zonas que coincide com a saída dos prédios, quer a questão da concessão que vou também referir, o traçado, a meu ver, é perigoso, porque coincide mesmo junto à saída dos prédios. Aquilo vai ser um pavimento mais apetecível para os peões, mas não vamos ter ilusões, os ciclistas vão utilizar aquilo e isso vai ser um local de grande conflito entre as pessoas que saem dos prédios e as pessoas que circulam naquela via que, aliás, inicialmente se falava de uma ciclovia, mas é uma via pedonal melhorada.

Uma crítica ao processo de construção, atendendo aos materiais que vão ser utilizados, aliás, uma parte da calçada e a outra julgo que vai ser um pavimento semi-fléxível, é delimitado por um elemento metálico que tem uma rigidez totalmente diferente do resto. Portanto, o pavimento de um lado e de outro vão assentar-se de forma diferencial e o elemento, o perfil que lá está vai ficar como um elemento cortante. Chamo a atenção que aquilo vai ser motivo de quedas, nomeadamente para as pessoas com dificuldades de locomoção e para as crianças, porque um tropeção e uma queda sobre um perfil daquele saliente, nem que tenha meio centímetro vai fazer mossa e estão a entrar ali milhões ou cerca de 1 milhão de euros.

A última questão é, para quando a conclusão das obras dos Ciprestes, que devem ser obras de Santa Engrácia.

José Carlos Ferreira (CH) – Não querendo pegar na intervenção do deputado Paulo Lopes, ontem foi um dia atípico, diferente e para a maioria dos setubalenses bastante complicado de superar, tendo em conta o apagão generalizado que todos vivemos. No meu quotidiano diário, passei por várias zonas da cidade, nomeadamente, pela Praça do Brasil, Algodeia, Montalvão, Viso e as situações que encontrei foram algo preocupantes. Durante todo o dia vi apenas 4 agentes da PSP e todos concentrados numa só zona, de resto não havia qualquer presença policial, proteção civil ou outra entidade que pudesse esclarecer ou acalmar a população.

Nas imediações dos estabelecimentos escolares encontrei jovens desorientados, muitos porque não conseguiam contactar os pais e não tinham sido informados pelas escolas sobre o que se estava a passar com as comunicações móveis.

O Sr. Presidente, há horas publicou na sua rede social e passo a citar: *“A Câmara Municipal de Setúbal e a Proteção Civil acompanharam a situação e adotaram durante os dias 28 e 29 de abril várias medidas com o envolvimento de várias entidades de segurança, de socorro, unidades de saúde, juntas de freguesia, etc.”* O partido CHEGA gostaria de saber, em termos práticos, que medidas foram essas para minimizar os danos e os constrangimentos causados por este apagão e pergunto, o que pensa fazer o executivo em termos de planeamento futuro, caso volte a acontecer algo com o mesmo ou até maior impacto para a população.

Manuel Fernandes (PS) – Na sequência daquilo que foram as afirmações do Sr. Presidente da Câmara no discurso do 25 de Abril, mencionou que o seu mandato assentava em factos e rigor. Em nome dos factos e do rigor, Sr. Presidente, tenho duas questões, uma muito breve, porque já foi mencionada por uma bancada anterior, apenas dizer que os factos que nós viemos a conhecer referentes ao contrato de comodato do Eco Parque do Outão, assinado pela ex-presidente, foi-nos dado aos solavancos e com pouco rigor, uma vez que, durante 3 anos silenciou-se acerca dessa matéria sendo já conhecedor logo a seguir à tomada de posse. Nessa sequência, Sr. Presidente, a questão que gostaria de colocar é se não acha estranho que se tenha assinado um contrato de comodato no dia a seguir em que a empresa tenha sido constituída e se já tomou alguma diligência ou se já falou com alguma entidade ou se já agiu em conformidade para saber se existia ou não ilegalidade e se existe ou não factos criminais que incidam sobre essa matéria.

Uma outra matéria, Sr. Presidente, e também referente ao mandato anterior. Na sequência de notícias que vieram a público no ano passado acerca de investigações da ex-presidente da Câmara, Dores Meira, sobre o alegado uso abusivo de cartões de crédito no Município e boletins itinerários/ajudas de custo, foi aprovada por unanimidade, em reunião de Câmara a 6 de novembro de 2024, a deliberação 655/2024 de auditoria externa. Esta proposta previa a contratação de uma empresa externa para a realização da auditoria em 30 dias e a apresentação de um relatório em 60 dias.

Pois bem, até hoje passaram 174 dias sem que tenhamos qualquer tipo de informação acerca do assunto, Sr. Presidente, em nome dos factos e da exigência que Vossa Excelência diz colocar em rigor no seu mandato, pergunto-lhe qual o ponto de situação sobre esta matéria.

Fátima Silveirinha (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Senhor Presidente tivemos aqui, há uns dias atrás, a notícia e a visita do Sr. Primeiro-Ministro a Setúbal, nomeadamente para distribuir algumas viaturas, bicicletas, balanças à PSP, e pelas notícias que vimos, teriam vindo 2 viaturas e 14 bicicletas. A questão que eu gostava de colocar é, se o Sr. Primeiro-Ministro na visita que fez, se fez menção a mais algum tipo de investimento para as forças de segurança e se aproveitou para visitar as instalações das esquadras da PSP, nomeadamente a 1ª esquadra que está ali ao lado do Comando Distrital e se entrou lá dentro e viu em que condições é que aqueles profissionais trabalham todos os dias?

Já agora, também, colocar se houve alguma notícia relativamente ao número de efetivos para o país e nomeadamente para a região? As visitas foram à PSP, mas já agora e uma vez que também temos uma zona rural que é acompanhada pela Guarda Nacional Republicana, se há alguma notícia relativamente a investimentos e a reforço da capacidade de intervenção da GNR aqui no nosso concelho? Saber se foi uma visita de mera cosmética, no âmbito que quase parece de campanha eleitoral, ou se realmente houve mais alguma informação para além daquilo que vem nas notícias?

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Senhoras e senhores deputados, vou procurar responder às questões que foram colocadas.

Sobre a questão do senhor deputado do PSD, Alexandre Teles, relativamente ao contrato de comodato, respondia já, também, aos outros senhores deputados sobre este mesmo assunto para que não haja dúvidas sobre aquilo que eu já repeti várias vezes, inclusive aqui na própria Assembleia Municipal.

Quando tive conhecimento da existência desse documento, o contrato de comodato, naturalmente que procurei informar-me sobre o que é que significava aquele documento e das informações que recolhi, naturalmente jurídicas, é que aquele contrato não tinha validade por razões explícitas que já foram objeto até de distribuição às bancadas, aos senhores vereadores e creio que também aqui na Assembleia Municipal. Se não foram, passaremos a fazer a distribuição desse documento para que as questões escritas fiquem mais clarificadas do que aqui numa intervenção.

Mas a questão central é esta, a informação que eu recolhi foi que aquele contrato não tinha validade no quadro legal e transmiti ao outro contraente do contrato essa mesma informação e dizer-lhe que nós, neste mandato, temos outra forma de tratar estes assuntos, que é no cumprimento da lei e foi isso que nós transmitimos ao senhor. Depois do esclarecimento dissemos que íamos avançar para um concurso público. O senhor até, na altura, disse compreender a argumentação, mas como ele era visado, admito que essa compreensão fosse com as reservas e que é natural de quem estabeleceu um contrato de boa-fé.

O que é facto é que passado este tempo todo o senhor teve outros contactos comigo e com as pessoas que acompanham este processo e sempre lhes foi transmitido do processo que estava a decorrer para o concurso público. E esta é a base porque não havia razão para falar sobre aquele contrato ou sobre aquele documento, porque ele não tinha qualquer validade do ponto de vista jurídico. É essa a razão por que nunca houve necessidade de falar daquela situação.

O problema é que a situação se alterou quando o senhor entendeu vir exatamente aqui à Assembleia Municipal ter uma posição relativamente àquele assunto e foi necessário voltar a colocar a questão, do ponto de vista jurídico. E o que se fez na sequência disso, de acordo com as orientações dos nossos advogados, foi que era necessário vir à reunião da Câmara uma posição do Presidente da Câmara a referir a anulação daquele contrato para que, do ponto de vista jurídico, não houvesse aqui qualquer problema. Naturalmente que o senhor, se assim o entender, agirá em conformidade também do ponto de vista legal. Sobre isto, melhor clarificação eu acho que não é possível. O processo está a decorrer e, entretanto, houve pedidos de esclarecimentos da parte da Assembleia Municipal, também houve da Câmara Municipal, na Comissão já foram dados esses esclarecimentos, provavelmente, creio que foram pedidos mais esclarecimentos e eles serão dados e o processo há de voltar à Câmara e à Assembleia Municipal.

O objetivo que nós temos é de viabilizar aquele espaço como um espaço de referência, do ponto de vista turístico, do ponto de vista da oferta de equipamentos para o efeito. Do nosso ponto de vista, a Câmara Municipal não tem vocação para aquele tipo de atividades e nesse quadro a solução, do ponto de vista legal, é através de um concurso público para uma concessão que venha a viabilizar um equipamento de referência no nosso concelho com as condições naturais que aquele tem. Este é o quadro e sobre isto, senhores deputados, se ainda não tiveram acesso a esses documentos que foram aprovados na Câmara Municipal, naturalmente que eles chegarão às vossas mãos.

Relativamente à questão que o senhor deputado municipal do Bloco de Esquerda colocou sobre o Vitória, não posso dizer mais do que aquilo que já disse na última reunião de Câmara. Como eu disse, foi recebido um pedido de informação prévia nos serviços municipais para um projeto relativamente ao estádio, esse pedido de informação prévia é um documento que implica vários pareceres externos e os nossos serviços estão a desenvolver todo esse processo e logo que ele esteja terminado há de vir aos órgãos, há de vir à Câmara Municipal, há de vir à Assembleia Municipal, portanto, dentro da normalidade destas situações.

Dizer que, para nós, é muito importante tudo aquilo que tem sido feito de apoio da Câmara Municipal às direções do Vitória, à anterior e também à atual, no sentido de que haja uma viabilidade para o clube e no sentido de que o Vitória Futebol Clube continue na linha da história de referência que tem para o nosso concelho, para a nossa região, para o país e é esse o nosso objetivo.

O que nós pensamos é que se aquele projeto vier a ser aprovado, mesmo com algumas alterações, é um projeto que dá garantias de viabilidade do futuro para o Vitória, isso é que é muito importante. Agora, mais questões em pormenor eu não posso dizer, porque não tenho informação sobre elas, se calhar, tenho a mesma informação que muitos dos senhores como municípios, como cidadãos têm, mas isso não é para trazer aqui numa reunião com estas características.

Relativamente à situação que ocorreu ontem, o chamado apagão, dizer que, a partir do momento em que começámos a ter informação sobre porque é que este processo estava a acontecer progressivamente e de uma forma generalizada no país, nós entendemos, a determinada altura, marcar uma primeira reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, que teve lugar exatamente aqui neste espaço, onde todos os agentes que intervêm neste processo estiveram presentes. Ouvidas as várias entidades, como as forças de segurança, a PSP e a GNR, o Sr. Comandante do Porto de Setúbal, a Unidade Local de Saúde, também os serviços municipais, os vereadores e os senhores presidentes de juntas de freguesia, depois dessa primeira reunião, marcamos uma segunda reunião para as 18 horas desse dia, que teve lugar no espaço da Proteção Civil no Quartel dos Bombeiros Sapadores. Nessa reunião estiveram presentes essas mesmas entidades, onde se avaliou, já nessa altura, a situação do conhecimento que havia e houve a preparação e a decisão da preparação para algumas intervenções de prevenção relativamente a situações que dependiam da intervenção da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados, de outros serviços designadamente operacionais da Câmara Municipal e da Proteção Civil e dos Bombeiros Voluntários e dos Bombeiros Sapadores e também das outras entidades presentes.

Como sabem, nessa altura não havia comunicações e eu penso que a grande questão que se coloca é essa e foi uma das questões que os senhores deputados colocaram e que eu acho que é muito pertinente, direi mesmo a principal questão que se colocou neste processo foi a impossibilidade de comunicação com as populações. Parou tudo!

Tratando-se de um município, nós soubemos que houve uma rádio nacional que funcionava, mas funcionou para dar informações genéricas ou de alguma situação mais dramática ou de uma situação de anormalidade pontual aqui ou ali, não se tratou em Setúbal, felizmente, de nenhuma situação dessas.

Nós aqui no município, como certamente muitos municípios por esse país, ficámos sem possibilidade de comunicação, a comunicação que se estabeleceu foi com a deslocação de pessoal aqui ou acolá, onde nós entendemos que era necessário haver essas deslocações. Algumas dessas deslocações foram feitas, designadamente a algumas clínicas, algumas situações de IPSS, com situações que teve por contactos que anteriormente se conheciam que haveria alguma dificuldade no sentido de garantir serviços que estavam a decorrer nessas instalações e que poderiam necessitar de uma deslocação ao hospital, etc., etc., e houve essas deslocações, mas foram deslocações pessoais.

Houve, naturalmente, a distribuição dos meios de comunicação próprios dos serviços de segurança e a Proteção Civil fez para haver uma comunicação via rádio no município e isso foi feito e, felizmente, por volta das 23:30H já estava restabelecida o abastecimento de energia elétrica e a partir dessa altura algumas dificuldades existentes no abastecimento de água também começou a ser restabelecida. Não houve nenhuma gravidade no nosso concelho e para terminar dizer que hoje às 10 horas, houve uma outra reunião onde se fez o ponto da situação. A Comissão Municipal de Proteção Civil irá fazer um relatório que depois será distribuído aos senhores deputados, assim como aos senhores vereadores e às várias entidades participantes.

Dizer que não houve nada de anormal em Setúbal, não se passou nada de anormal, foi tudo controlado daquilo que é conhecido, houve algumas situações que decorrem, de facto, de uma situação destas que é grave, porque a falta de energia elétrica afeta todo um conjunto de serviços.

Permita-me só Sr. Presidente e senhores deputados que utilize só mais 30 segundos?

Como questão central neste processo, a falta de comunicação, a impossibilidade de uma comunicação e algumas situações de anormalidade que se passaram têm a ver com o comportamento das populações por falta de informação e que se dirigiram aos supermercados, situações que podiam não ter ocorrido se houvesse informação às pessoas. O relatório há de ter mais algumas questões, mas este foi uma questão central neste processo, eu creio que ela não foi só sentida aqui em Setúbal, é uma situação que eu acho que tem de ser ponderada a nível local, a nível regional, a nível nacional da comunicação ou da facilidade de circulação de informação alternativa aos meios que são conhecidos, e isso é uma questão que terá de ser avaliada e ponderada, porque estamos sempre sujeitos a acontecer situações destas.

Presidente da Mesa – Não queria estar a interromper quando estava a falar de uma situação de emergência, que é uma novidade no país, uma novidade para todos nós, mas isso é uma situação que justifica algum prolongamento. Não quero que, do pouco tempo que o Presidente da Câmara tem para dar resposta a todas as questões, se faça disto um precedente para justificar todas as extensões que depois cada um faz. Não é exemplo a seguir para todas as intervenções, porque não conseguiremos controlar o tempo da Assembleia.

c) Recomendações e Requerimentos

1. **Recomendação de “Plano Municipal de Arborização” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – O PSD apresenta-nos esta recomendação que recomenda aquilo que já está previsto no Plano Municipal da Ação Climática que vai ser hoje aprovado na sua versão final. Ao ler o texto parece é que o PSD prefere ignorar o extraordinário trabalho que tem sido realizado pelos serviços municipais na plantação de novas árvores, na gestão do parque arbóreo nas nossas ruas, nos nossos parques com um saldo manifestamente positivo e, portanto, neste campo também temos feito um bom trabalho.

Mais uma vez o PSD insiste na criação de provedores para tudo e para nada, desvalorizando o papel que vocês próprios também podiam ter enquanto eleitos de interlocutores dos munícipes. Tendo em conta isto, nós não vamos acompanhar esta recomendação.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputados Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU.

2. Recomendação “Pela Defesa Ativa dos Serviços de Saúde no Concelho de Setúbal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Rosa (BE) – Em ano de campanha eleitoral a IL acorda para os problemas no nosso concelho, mais vale tarde do que nunca, mas esta recomendação assenta em populismo de quem tem defendido, acima de tudo, os interesses privados na saúde. As medidas apontadas, na sua maioria, já estão no terreno de acordo com mais informações à Assembleia, mas não é o suficiente para votar favoravelmente esta recomendação.

Joana Tomé (CDU) – É de facto, com alguma estupefação que assistimos a uma recomendação da IL que exorta a Câmara Municipal a assumir uma posição pública na defesa dos serviços de saúde no concelho e exigir do Ministério da Saúde medidas para garantir o funcionamento das urgências.

Parece-me perfeitamente despropositado e grave o desconhecimento pela Iniciativa Liberal das múltiplas ações levadas a cabo pelo município para com as populações, os utentes e os profissionais de saúde, das inúmeras diligências tomadas junto do Governo e do Ministério da Saúde e do Fórum Intermunicipal da Saúde que junta Setúbal, Palmela e Sesimbra.

Perguntamos, onde é que têm estado os eleitos e os dirigentes da IL quando alguns lucram com a degradação do SNS? Esta recomendação reflete um afastamento inadmissível dos problemas que afetam as populações do concelho e, como tal, a bancada da CDU votará contra esta recomendação.

Mário Aranha (PS) – Nós vamos votar contra, porque relativamente ao sistema de saúde, como menciona a Iniciativa Liberal, nós somos determinantemente contra, porque não há sistema de saúde, existe é um Sistema Nacional de Saúde Público, Universal e tendencialmente gratuito. Por isso esse Sistema de Saúde que defende a Iniciativa Liberal não é o Sistema Nacional de Saúde que defende o Partido Socialista.

Não há liberdade de escolha quando a nossa liberdade de escolha é entre a seguradora A, a seguradora B ou não temos dinheiro e ficámos doentes.

Não há liberdade de escolha quando o nosso seguro não cobre ambulâncias e temos de nos deslocar por meios próprios ao hospital.

Não há liberdade de escolha quando acabou o plafom no hospital privado e somos enviados para o hospital público.

Não há liberdade de escolha quando estamos muito pouco ou nada doentes. Por isso, nós vamos votar contra esta recomendação.

Flávio Lança (IL) – Com estas intervenções cabe-me, obviamente, explicar que o que a Iniciativa Liberal defende é que as pessoas sejam tratadas, seja público ou privado, acho que isso é claro e acho que já todos deveriam ter entendido que a mensagem passa muitas vezes.

Depois, não é verdade que não acompanhamos o tema da Saúde, porque nós percebemos e vemos as manifestações que são feitas pelo Município e aquilo que nós entendemos é que é preciso ser uma voz ativa e este Município ainda não indicou um representante no Conselho de Administração da ULS. É uma voz ativa e que entendemos que faz sentido.

Vários concelhos, o de Palmela já tem, nós temos estado a acompanhar a situação, temos tido reuniões com a ULS Arrábida e sabemos o que é que tem acontecido relativamente aos orçamentos e penso que é preocupação do Município relativamente ao que está a acontecer com a saúde, portanto, não é verdade. Também não é verdade, e dirijo-me aqui ao Vítor Rosa do Bloco de Esquerda, que isto não é um tema novo e que nós sistematicamente temos acompanhado este tema, temos compreendido e temos mostrado que aquilo que nos interessa é que as populações sejam tratadas e que não fiquem em listas de espera. É verdade, como dizia o deputado do PS, que não há liberdade de escolha, mas não há liberdade de escolha quando temos listas de espera imensas e quando as pessoas para serem tratadas esperam anos, portanto, isso é que é não haver liberdade de escolha hoje em dia termos um sistema que quem não tem dinheiro espera e quem tem dinheiro é tratado e isso é o que nós não queremos.

Presidente da Câmara – Não costumo intervir neste período, a não ser que haja razões muito fortes para o fazer, como é o caso.

Senhor Presidente e senhores deputados municipais, nós sabemos que estamos em campanha eleitoral e que a seguir vamos entrar noutra campanha eleitoral, mas acho que não vale tudo e acho que temos de ser rigorosos e o que o senhor deputado da Iniciativa Liberal aqui disse não é rigoroso, para não dizer de outra forma, e todos percebem o que eu quero dizer.

A Câmara Municipal de Setúbal, embora não tenha competências na área da saúde, já entregou ao anterior Governo e este Governo está a beneficiar disso, de um novo Centro de Saúde com duas Unidades de Saúde Familiar que precisam de profissionais para dar a resposta ao que os cidadãos precisam e têm direito nos termos da Constituição da República, não de um sistema de saúde, mas de um Serviço Nacional de Saúde. É assim que a Constituição da República estabelece e é isso que nós somos obrigados como cidadãos deste país, naturalmente que nos referimos à lei fundamental do país.

A Câmara Municipal, volto a repetir, não tendo competências, não estão atribuídas competências nesta matéria da área da saúde, já entregou um Centro de Saúde ao Governo e antes do final deste ano de 2025 estará concluído um novo Centro de Saúde com mais duas Unidades Familiares de Saúde no centro da cidade e está em desenvolvimento um projeto para instalar um 3º Centro de Saúde, que a Câmara Municipal também irá assumir essa responsabilidade, desde que haja a garantia do financiamento, porque é esse o compromisso que nós temos.

O que eu quero dizer é que isto é feito, e a Câmara Municipal ao envolver-se neste processo, porque os Centros de Saúde no Município de Setúbal estão profundamente degradados e não servem minimamente as necessidades das pessoas e as urgências do hospital estão sempre lotadas, a Câmara Municipal assumiu esse compromisso e essa responsabilidade e está a cumprir embora não seja da sua competência. Portanto, senhor deputado municipal, não é verdade aquilo que o senhor aqui disse e mais, nós já dissemos ao anterior Ministro da Saúde, já dissemos a esta senhora ministra que nós não assumimos a responsabilidade de participar na Unidade Local de Saúde, enquanto os serviços de saúde no nosso município não estiverem à altura mínima de dar resposta às nossas populações. Este é o compromisso, esta é a forma ativa da Câmara Municipal de Setúbal estar neste processo de servir as populações relativamente à reivindicação, à mobilidade, à movimentação, nós fizemos já de tudo senhor deputado, tem estado desatento. Peço desculpa, mas é verdade, tem estado desatento ou então é a campanha eleitoral, mas ficamos por aqui.

Paulo Lopes (PS) – Senhor Presidente já que falou sobre o assunto, era importante, também, esclarecer a Assembleia por que razão a Câmara Municipal insiste em não indicar um representante do Município de Setúbal no Conselho de Administração. Mas uma explicação que seja eficaz, são muitos ativos que podem fazer parte do Conselho de Administração, não fazem como resposta de uma reação, o que não faz sentido absolutamente nenhum.

Os senhores querem ser parte de fora do sistema e não ser parte da solução ou, então, são oposição só por ser oposição ou os senhores são ativos efetivamente e indicam um representante para o Conselho de Administração.

Quando o Partido Socialista for poder nesta Câmara vai, seguramente, indicar o seu representante.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 28 votos contra, 17 da CDU, 10 do PS e 1 do BE, uma abstenção do PAN e 9 votos a favor, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL.

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. Moção “A Paz como Direito dos Povos, a Guerra como Ameaça à Humanidade” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Rosa (BE) – Novamente a CDU traz a esta Assembleia uma moção pela paz e fala-nos aqui da questão da Palestina e isso remete-me para uma canção da Capicua em que a determinado momento ela nos diz o que o poeta palestiano Marwan Makhoul escreveu: *“Para escrever um poema que não seja político devo escutar os pássaros, mas para escutar os pássaros é preciso que cesse o bombardeamento.”*

Nós não podemos trazer aqui só os bombardeamentos de Gaza, também temos de trazer os bombardeamentos sobre a Ucrânia e sobre outros conflitos no mundo. Não fica nada mal quando se diz a verdade, ou seja, esquecendo outros conflitos, evitando a tomada de posição direta sobre o conflito na Ucrânia e, por consequência, a condenação da invasão russa e o poder autocrático de Putin.

Por esta omissão deliberada, não podemos acompanhar favoravelmente esta moção, reconhecendo e estando de acordo com os outros considerandos apresentados iremo-nos abster nesta moção.

Paulo Lopes (PS) – Trata-se mais de uma moção que a CDU já nos habitou pela paz e em teoria, esta moção tem tudo para ser aprovada, não fosse uma frase que eu vou ler: *“Nos Estados Unidos, na União Europeia, bem como na NATO, promove-se a intensificação da confrontação e da guerra, tratando com inquietante leviandade o risco de uma irremediável catástrofe.”* Acho que é exatamente o oposto que levou a Europa a estar na situação em que está, foi o desinvestimento, foi entrar numa política de integração da Rússia que, pelos vistos, veio-se afinal provar que foi errada.

Esta frase vem revelar aquilo que a CDU sempre pensou sobre o conflito Rússia e Ucrânia e, portanto, não vou pedir sequer para retirar este parágrafo, porque isso está no vosso ADN e o Partido Socialista não se vai rever nesta moção, que é uma moção contra o mundo ocidental, contra o estilo de vida que nós na Europa temos. Os senhores são intrinsecamente contra o estilo de vida e o modo de vida dos europeus.



Ana Rita Drouillet (CDU) – Só quero responder ao deputado Vítor Rosa, que disse que não se fala na Ucrânia, certamente, como já nos tem habituado, nem sequer leu o documento, porque está mencionado no 4º parágrafo.

Rui Lamim (PSD) – Vamos votar contra esta moção da CDU, porque a CDU repete aqui amiúde argumentos de propaganda russa como alguns que aqui estão incluídos.

Recordamos que a ameaça à sobrevivência da humanidade, é repetidamente feita pela propaganda da ditadura russa pela ameaça do uso de armamento nuclear e que o Estado invasor da Ucrânia é a Federação Russa. Pela paz somos todos, desta propaganda não somos.

Simão Calixto (CDU) – Quem não se sente, não é filho de boa gente.

Em relação a isto ficou, mais uma vez, claro nesta Assembleia que os partidos da oposição são mesmo a favor da guerra, são mesmo a favor de mandar os nossos filhos morrerem às mãos da NATO, da União Europeia e daqueles que estão mais interessados nos ganhos que têm a vender armas e bombas para matar pessoas. É isso que os partidos da oposição aqui, mais uma vez, provaram ao chumbar esta noção como estamos a ver que vai acontecer.

Senhores deputados e a quem nos ouve, de facto, estes partidos que aqui estão, que não são a CDU, estão todos a favor da guerra e estão todos a favor da morte e das bombas e de quem ganha dinheiro com isto.

Rui Lamim (PSD) – Nós já estamos habituados a este tipo de discurso. A sério!

Pela paz, obviamente que somos todos pela paz, mas por este tipo de argumentos ou por este tipo de propaganda, não, não somos.

Nós não somos subservientes a um certo tipo de propaganda russa que anda por aí e que é lamentável que os senhores repitam de uma forma acéfala.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, duas abstenções, uma do BE e uma do PAN, e 17 votos a favor da CDU.

Vanessa Silva (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“É de lamentar a forma deturpada como esta moção aqui foi tratada e eu queria que a declaração de voto fosse apenas a leitura dos três pontos deliberativos da moção: “Expressar a sua solidariedade a todas as vítimas da guerra, em qualquer parte do mundo); Reafirmar o direito dos povos a viverem em paz, liberdade e autodeterminação (qualquer povo); Manifestar o seu apoio a todas as iniciativas diplomáticas que procurem o cessar-fogo imediato, a assistência humanitária às populações e a criação de vias de diálogo para uma paz duradoura.”*

Esta foi a moção que acabou de ser agora, portanto, chumbada e acho que a sua leitura deixa a todos aqueles que nos ouvem a claridade sobre as motivações daqueles que nos trazem aqui a propaganda norte-americana para cima da mesa.”

2. Moção “Encerramento dos serviços de urgência obstetrícia, blocos de parto e urgências pediátricas na Região” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rui Lamim (PSD) – Eu pedia que retirassem aqui a referência a esta Linha SNS Grávida, porque é perfeitamente incorreta incluída nesta moção e prejudica a própria moção.

Presidente da Mesa – Qual é a linha por favor?

Rui Lamim (PSD) – É o 1º parágrafo da 2ª página.

Presidente da Mesa – É o que começa por “Só o investimento no SNS assegurará o robusto...”?

Rui Lamim (PSD) – Não, não! Tem a ver com a Linha SNS Grávida. A Linha SNS Grávida serve para triar e acompanhar as grávidas no seu caminho para um hospital ou para um Centro de Saúde, para o que for, e é algo que é bom que exista neste nosso Serviço Nacional de Saúde dentro do sistema de saúde português. Acontece que defender a extinção disto, é como defender o fim do 112, portanto, não faz sentido nenhum.

Presidente da Mesa – Mas quem é que está a defender o fim disso? Não estou a perceber. A CDU altera alguma coisa na redação desta moção? Altera ou mantém o texto?

Simão Calixto (CDU) – Mantém o texto.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal defende, com clareza, que a saúde dos cidadãos deve estar acima de ideologias e é precisamente por isso que não podemos apoiar esta moção da CDU. Uma moção que tenta transformar um drama real das mulheres e famílias da nossa região num folheto partidário contra o setor privado.

O encerramento das urgências obstétricas e pediátricas é grave, requer medidas urgentes, melhores condições para os profissionais e reforço da capacidade de resposta, mas não será com trincheiras ideológicas que se protege a saúde das pessoas.

O mais curioso é que a mesma CDU que aqui hoje diz que o setor privado ameaça o SNS, foi promotora da declaração de interesse público para a expansão do Hospital da Luz, unidade privada que serve centenas de setubalenses e que o próprio Presidente da Câmara saudou e passo a citar “*Fator de bem-estar para quem aqui vive e trabalha*”.

Parece-nos uma incoerência e revela que a Iniciativa Liberal recusa a saúde como arma política e já há pouco fomos acusados de estar a fazer campanha.

Defendemos um SNS forte, mas também o direito dos cidadãos a escolher, porque o que interessa não é quem presta o serviço, mas se o serviço chega com qualidade e no momento certo. Por isso iremo-nos abster nesta moção, porque reconhecemos o problema, mas rejeitamos o discurso que divide e ataca soluções que, na prática, a própria CDU também viabiliza. Setúbal precisa de mais saúde e não de mais slogans.

Joana Tomé (CDU) – Só para dar uma resposta muito rápida à bancada do PSD. A Linha SNS Grávida, tem-se demonstrado, com particular gravidade nos últimos fins de semana, um obstáculo concreto ao acesso das mulheres grávidas aos serviços de saúde. Portanto, antes de se chegar ao serviço de saúde, antes de ser atendida há mais um obstáculo à sua espera, esta linha não passa de uma ocultação das consequências de anos de desinvestimento no SNS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 14 abstenções, 10 do PS, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 6 votos contra do PPD/PSD.

3. Moção “Pelo cumprimento dos prazos e qualidade das empreitadas em execução nas vias públicas” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – O PS podia ter optado por nos propor uma moção séria, preocupada com os problemas que as entidades públicas e em particular as autarquias enfrentam com a contratação pública e a gestão dos contratos de empreitada. Podia e devia, quer pelas responsabilidades governativas que teve, quer pela gestão das autarquias locais bem próximas, onde esses problemas se revelam de igual e em muitos casos da pior forma.

Mas o PS em Setúbal é sempre o PS em Setúbal e prefere a política rasteirinha, e como não sabe fazer outra coisa apresenta-nos esta moção. Partindo deste ou daquele caso concreto, desta ou daquela dificuldade faz uma extrapolação para dizer cobras e lagartos de Setúbal. Neste caso vão mais longe, tal e qual como aqueles treinadores de bancada quando nos jogos do Vitória, temos uma bancada de engenheiros a dar palpites sobre a qualidade das obras realizadas e o PS pode aqui revelar a sua essência que todos já conhecemos, que o problema não é e nem foi a qualidade ou o tempo das obras, mas o facto de elas estarem na rua a melhorar e a desenvolver o concelho.

Ilídio Ferreira (PS) – Relativamente à seriedade, não vou dar grande resposta ao que foi dito, a única coisa que gostaria de dizer é que com essa pouca seriedade está também a considerar pouco sérios os cidadãos que todos os dias fazem queixa, nomeadamente nas redes sociais. Aconselho ir ler, porque nessa questão de seriedade não há quem não me dê a mim, enquanto vereador, e a nós Partido Socialista. Por aqui me fico. Agora, a questão é séria e é do ponto de vista sério e objetivo que eu gostava de tratar. Não é preciso ser engenheiro para se ver que não é preciso um mês, praticamente, para se fazer duas passadeiras na Avenida Luísa Todí. Basta perguntar ao encarregado que lá está, como eu fiz, que disse que deveriam fazer, em condições normais, 20m² por dia. Se as duas tiveram 80m², já sou um bocadinho benevolento, falamos que demorará 4 dias. Pronto, mas não correu bem, seriam 8 dias, não um mês.

Depois, não sei se repararam, eu reparei, porque estive lá e fiz um e-mail para o Sr. Presidente da Câmara, que a obra começou no dia 7 de abril, estavam lá dois trabalhadores nesse dia e no dia 8 a fazer a passadeira, no dia 9 fecharam a outra parte da via e meteram lá uma máquina e não fizeram nada durante pelo menos uma semana. Teve a via fechada sem fazerem rigorosamente nada. Portanto, não é preciso ser engenheiro para se ver que alguma coisa se passa de mal.

Não é preciso ser engenheiro para verificar que na Estrada dos Ciprestes todos os dias há trânsito e mais trânsito e que vai lá encontrar 4, 5 trabalhadores a trabalhar.

Não é preciso ser engenheiro para verificar, como eu fui verificar depois de ter visto nas redes sociais uma queixa de um morador do Bairro da Camarinha, que as passadeiras ficaram mal feitas, porque, quando se vai de carro ao entrar na passadeira mete-se o carro num buraco. Não é preciso ser engenheiro, basta passar lá de carro para ver que houve ali um problema de execução.

Não é preciso ser engenheiro para ver que a ciclovia no Bairro do Liceu, que desventra todo o passeio na Rodrigues Manito... Disseram-me que era ciclovia, se não é ciclovia, é uma infraestrutura que vai ser feita e que está lá há dois meses parada. Há pelo menos dois meses que está parada. Abriram o buraco, tem um espaço delimitado, tem umas fitas que já estão arrancadas na maior parte dos casos e há mais de dois meses que não é mexido. Portanto, não é preciso ser engenheiro.

O que se passa, de facto, eu disse-o no meu e-mail e repito aqui: incompetência e desrespeito para com os cidadãos, estas e outras obras. As razões não sei quais são, o Executivo terá de as encontrar. Eu, durante todos estes anos, fui formando a ideia do senhor vereador responsável pelas obras, de não ser um homem incompetente, portanto, razões haverá, em meu entender, para que ele, neste momento, pareça descuidado, digamos assim, relativamente à forma como estas obras se realizam. Mas esta Câmara tem Chefe de Divisão, Diretor(a) de Departamento, tem o vereador, tem o Presidente da Câmara e isto passa-se, obras mal feitas, com tempos inaceitáveis, sem explicação e é isso que nós trazemos aqui e não temos dúvidas que estamos a transmitir, nesta sede própria, os anseios, as preocupações e as queixas de muitos cidadãos setubalenses.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Eu não sou arquiteto, nem sou engenheiro, mas há uma coisa que por vezes é bom percebermos e eu vou falar aqui de duas obras em concreto que estão paradas na nossa freguesia e que, em princípio vão-se retomar amanhã, que é no Parque Verde.

Há uma coisa que, por vezes, as pessoas se esquecem é que choveu durante 7 meses. Eu desafio, ainda hoje a irmos lá a pé a esses sítios. Há coisas que as pessoas, por vezes, se esquecem e não têm conhecimento, nós temos 5 obras paradas na freguesia naquela zona e que não as conseguimos acabar devido ao mau tempo. Para não falar aqui na questão que afeta toda a gente, que é a falta de mão de obra. Muitas vezes as empresas eram para ter lá 7, 8 ou 10 trabalhadores, e têm lá só 3 ou 4 só para dizer que não param a obra. Esta é uma questão que se está a viver em todo o lado e nós trazemos isto para aqui, porque muitas das vezes, por má programação, é natural que haja situações que não sejam bem planeadas e que pudessem ser melhoradas, mas esta é uma dificuldade que nós vivemos no dia a dia.

Quem anda no terreno sente o dia a dia e, muita das vezes, obras que estimamos fazê-las, por exemplo, em dois meses, levamos quatro meses e não é por falta de programação, não é por falta de materiais, mas um dos fatores é a falta de mão de obra.

Outra questão, 7 meses a chover eu queria ver muitos dos senhores deputados que estão aqui se tivessem de andar no terreno, como eu ando no dia a dia, o que é que diziam.

Rui Lamim (PSD) – Nós vamos votar favoravelmente esta moção, pela simples razão que aqui falta....

Ouve-se burburinho na sala.

Presidente da Mesa – Atenção, senhores deputados! Quando há intervenções, intervêm-se e depois de acabar essa intervenção, ouvem-se as outras, mas têm de deixar ouvir. Faça favor.

Rui Lamim (PSD) – Nós vamos votar favoravelmente esta moção, porque achamos que nesta cidade é obrigatório as placas brancas que estão associadas às obras, as quais informam, entre várias coisas, quem faz, qual é o objetivo da obra e as datas. Nesta cidade há um problema qualquer com estas placas, não estão nos sítios devidos, nas obras públicas e nas obras privadas e é importante que haja informação às pessoas do que é que ali está a ser feito.

Por exemplo, na Rua do Mormugão, aquilo começou, mas quando é que começa? Onde é que está a placa? Aqui na Avenida Luísa Todi há várias obras, mas quem é que é o dono? Quando é que começou? Qual é o objetivo? Qual é a data? Falta a placa, faltam sempre as placas, faltam montanhas de placas e é obrigatório, certo? É obrigatório informar.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, 21 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU.

4. Moção “Por uma Educação de Excelência em Setúbal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Senhor Presidente quero fazer um ponto de ordem à Mesa, por favor.

Neste documento que apresentamos, no ponto 6 é pedido para enviar a presente moção à Ministra da Educação, é um lapso, é ao Ministro da Educação e pedia aqui a correção por favor.

Presidente da Mesa – No ponto 6? Não será 5?

Flávio Lança (IL) – Ponto 5, sim, peço desculpa.

Vanessa Silva (CDU) – Nós acompanhamos algumas das preocupações que estão colocadas nesta moção da Iniciativa Liberal, nomeadamente, preocupa-nos também o estado de degradação em que uma elevada percentagem de escolas públicas do Município de Setúbal estão ao nível das suas infraestruturas, condições físicas e materiais. No entanto, parece que a Iniciativa Liberal não tem acompanhado a discussão que aqui tem sido trazida pela Câmara Municipal, inclusive as próprias deliberações da Câmara Municipal e as deliberações desta Assembleia Municipal no que diz respeito ao processo de transferência.

Só essa distração pode permitir que, no ponto 2, a Iniciativa Liberal proponha exortar a Câmara Municipal de Setúbal a concretizar até ao final de 2025 obras de requalificação de revelo em pelo menos parte significativa das escolas públicas em situação mais crítica, dando prioridade à segurança, acessibilidade e modernização das infraestruturas.

Todos sabemos que o Município de Setúbal, bem como o resto dos municípios do país, não dispõem sequer de orçamentos municipais que possibilitassem fazer estas intervenções. Mais, este município tem investido em vários projetos de arquitetura, especialidades em estudos prévios que permitam no futuro fazer investimento quando forem, de facto, conhecidos os meios de investimento que foram anunciados pelo anterior Governo e que este Governo voltou a reiterar que seriam disponibilizados. Falo, nomeadamente, de investimentos através de uma linha do BEI contratada pelo Governo que, como todos sabemos, não aconteceu.

Como todos, também, na Área Metropolitana de Lisboa o PRR foi um valor ínfimo relativamente a esta matéria, portanto, não é sério exortar-se no município do país para promover obras de requalificação no estado de degradação que estas escolas estão, porque não há orçamentos municipais que o tornem possível. Há aqui qualquer coisa e uma situação é nós querermos identificar situações, reclamar soluções, outra é ignorarmos por completo tudo aquilo que nos tem sido referido ao longo do tempo por este processo e ignorar, também, os compromissos que o Governo Central tem.

Depois acho extraordinária a forma como o ponto 4 refere: “*Apelar às autoridades competentes para que atribuam prioridade à modernização do parque escolar...*”, todos sabemos quem são as entidades competentes, todos sabemos que o Ministério da Educação, no Decreto-Lei 21/2019, está como entidade competente para o investimento destas escolas que há 40 anos não são intervencionadas.

Está lá escrito, foi o próprio legislador que assumiu que essas obras são da competência do Ministério da Educação e não das autarquias e acho muito pouco séria a forma como esta moção é apresentada e a CDU, naturalmente, não irá acompanhar.

Tiago Pereira (PS) – Segundo informações da DGS – Direção-Geral de Educação, Portugal foi o país europeu com melhor evolução ao nível da taxa de abandono escolar precoce nos últimos 25 anos e a bancada do PS não pode concordar com a visão da Iniciativa Liberal que compara a taxa de abandono escolar local com a taxa nacional.

No nosso entender, o abandono escolar depende de fatores sociais, de fatores económicos que não podem ser mensurados e comparados desta forma. Da mesma forma que a Iniciativa Liberal compara o aproveitamento dos alunos ou o classifica em rankings sem ter em conta o contexto da escola, pensamos que é esta a mesma visão que aqui temos de ter e é uma visão com a qual não podemos concordar, por isso, não iremos acompanhar esta proposta.

Flávio Lança (IL) – Queria só dar aqui duas ou três notas. O que eu acho que aqui não é sério, quando falamos neste tema, é a CDU fazer campanha a dizer que se substitui ao Governo Central para recuperar o Convento de Jesus e depois vem nos dizer que afinal não se pode substituir ao Governo Central para arranjar escolas. É verdade que é difícil, mas isso é que eu acho que não se percebe e isso é que eu acho que não é sério.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputado Municipais, um do PS e um do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção rejeitada por maioria e em minuta, com 27 votos contra, 17 da CDU, 9 do PS e 1 do BE, 6 abstenções, 5 do PPD/PSD e 1 do PAN, e 3 votos a favor, 2 do CH e 1 da IL.

5. Moção “Defender Abril e o 1.º de Maio” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – É só para fazer notar que está um erro no ponto 5 na parte deliberativa e que o que está a seguir a: “*direitos sociais, laborais e democráticos*” fica ponto final e o resto é para cortar. Foi um lapso.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS e 1 do BE, e 10 abstenções, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR

1. Saudação “25 de Abril de 2025” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Maurício (CH) – Esta saudação vai no seguimento do discurso do Presidente da Assembleia, todo bonito, todo interventivo, só que com muita falta de verdade descreveu os factos, na verdade, como eles foram depois do 25 de Abril. Sei que custa um pouco a admitir, mas vamos transcrever um pouco.

O que poderia ter sido uma transição pacífica para uma democracia plural durante o período que se seguiu, viveu-se uns momentos de instabilidade com nacionalizações forçadas, ocupações, tentativas de imposição de um modelo político e ideologicamente distante da vontade dos portugueses. Houve episódios de censura, perseguição política e desta vez com o sinal contrário e quem usava discordar era rotulado de uma forma injusta.

Com o propor deste voto de saudação o que deveria fazer era relembrar o 25 de Abril, mas também que o que trouxe a liberdade foi o 25 de Novembro.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, 7 abstenções, 6 do PPD/PSD e 1 da IL, e 2 votos contra do CH.

Luís Maurício (CH) – Fez a seguinte declaração de voto: “Só para constatar, nós somos a favor do 25 de Abril, nós votamos contra...”

Presidente da Mesa – A plateia fica na plateia, os membros da Assembleia viram-se para os membros da Assembleia.

Luís Maurício (CH) – Parece que somos uns palhaços que estamos aqui, parece que isto é um circo aqui dentro. Nós todos aqui fomos eleitos pelo povo.

Presidente da Mesa – Ó senhor deputado deixe-me dizer uma coisa, tal como eu não tenho que intervir e não devo permitir que o público fale ou se dirija aos membros da Assembleia que estão em reunião, também tenho de dizer o mesmo, caso os membros da Assembleia entrem em diálogo com a assistência. Não podemos fazer isso de parte a parte.

Faça favor de concluir.

Continuou-se a ouvir burburinhos.

Presidente da Mesa – Já chamei várias vezes a atenção do público para não se manifestar em relação às intervenções dos deputados que estão em reunião e agora estou a fazê-lo, pela primeira vez, em relação aos deputados que estão em reunião e que não se devem manifestar em relação ao público.

Estou a fazê-lo de parte a parte, não deve haver esta interferência para termos ordem na discussão e conseguirmos fazer a reunião normalmente, com os mínimos normais.

Está entendida a mensagem e eu não me esqueci de parte nenhuma. Faça favor.

Luís Maurício (CH) – Fez a seguinte declaração de voto: “Só para constatar que nós somos favoráveis ao 25 de Abril, nós votámos contra esta saudação, porque muito do texto que está inserido não é verdadeiro.”

2. **Saudação “1.º de Maio, Dia do Trabalhador” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Alexandre Teles (PSD) – O Bloco de Esquerda apresenta sempre aqui uma questão e estas saudações é muito aquele lema “*Faz o que eu digo, não faças o que faço*”. Vou só ler aqui uma pequena frase: “*Bloco de Esquerda dispensou 4 trabalhadoras que tinham sido mães, pelo menos 3 estavam ainda a amamentar.*”, a partir daí todos sabemos a história. Depois, também, é uma questão de utilizarem isso para misturarem várias temáticas na saudação.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e 9 abstenções, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL.

3. **Saudação “1.º de Maio – Dia do Trabalhador” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – Apesar de considerarmos insultuoso para os trabalhadores deste país, a referência elogiosa que o PS faz a chamada Agenda do Trabalho Digno, como se viu, resultou numa mão cheia de nada, mas iremos votar favoravelmente esta moção, tendo em conta o conteúdo deliberativo que acompanhamos. É que a agenda que o PS trata como um marco na melhoria da vida de quem trabalha é tão digna que resultou nada mais, nada menos do que na manutenção da caducidade da contratação coletiva, na não reposição do princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador, não foi capaz de avançar nas prometidas 35 horas para todos, não repôs o pagamento das horas suplementares para valores pré-troika. Digno só teve mesmo o nome, porque, de resto é o que se vê, baixos salários, precariedade, desregulação das horas de trabalho, elevados ritmos de trabalho, ataque à contratação coletiva, ataque aos salários, aos direitos e degradação das condições de trabalho.

Vítor Rosa (BE) – Só deixar a nota que não acompanhamos a valorização que o PS dá à Agenda do Trabalho Digno, temos o entendimento que a mesma tem servido mais os interesses das confederações patronais que os interesses dos trabalhadores, concordando com todos os outros considerandos desta saudação.

Manuel Fernandes (PS) – Senhor Presidente não tenho tempo, apenas dizer que aquilo que foi referido pelas duas bancadas que se manifestaram relativamente a esta saudação não é verdade, aquilo que foi dito não confirma aquilo que está escrito na saudação, como tal, não é verdade aquilo que foi afirmado.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Saudação “Às Mulheres e Homens que Constroem o Futuro – 1.º de Maio de 2025” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Rosa (BE) – A IL assenta os seus valores do trabalho no empreendedorismo, no mérito e no sucesso individual, valor que não acompanhamos.

A valorização do trabalho tem de assentar em direitos concretos dos trabalhadores e de igualdades de oportunidades, estes valores estão bem distantes do compromisso que a IL pede a esta Assembleia, por isso votamos contra.

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista votou favoravelmente todas as moções e saudações do 25 de Abril e do 1º de Maio, apesar de não nos revermos integralmente nalguns considerandos, mas entendemos que a importância das datas deve ter esta posição da bancada do Partido Socialista.

Sobre esta saudação iremos votar favoravelmente, mas há aqui dois apartes que eu quero fazer. Não faço a mínima ideia o que é o trabalho livre, que a Iniciativa Liberal fala na saudação várias vezes, em empreendedores e inovadores. O texto recorrentemente tem essa expressão e não fala uma única vez nos trabalhadores, na liberdade para progredir nas suas carreiras, mais salários, mais condições de trabalho, maior justiça laboral e entendemos que é uma saudação muito parcelar, muito vincada para um certo eleitorado que é, naturalmente, o eleitorado da Iniciativa Liberal e que, naturalmente, respeitamos.

Simão Calixto (CDU) – Só dizer que a Iniciativa Liberal hoje acordou mesmo enganada e deslocada, porque o que se comemora no 1º de Maio é o Dia do trabalhador, não é o Dia Mundial do Empreendedorismo, não é o Dia do Empresário, também não é o Dia Mundial da Criatividade e Inovação, portanto, nada disto é o que se comemora no 1.º de Maio, o que se comemora no 1º de Maio é o Dia do trabalhador.

Sabemos que, para a Iniciativa Liberal é difícil falar neste tema, aliás, para a Iniciativa Liberal os trabalhadores são um mero fator de produção com o defeito que, ao contrário de outros, exigem direitos e o que sabemos é uma chatice, porque não fica bem no Excel e atinge de forma direta o sacrossanto lucro.

O que a Iniciativa Liberal não consegue esconder é que quem cria riqueza é o trabalho e os trabalhadores e que não há trabalho livre quando a esmagadora maioria é obrigada a vender a sua força de trabalho para subsistir e poder sobreviver, enquanto outros se apropriam da riqueza que estes trabalhadores produziram. Podem trazer Adam Smith e a Escola Austríaca toda, que desta contradição central não se conseguem afastar.

Flávio Lança (IL) – Só quero dar aqui resposta ao deputado Simão Calixto, se não entende que um empreendedor também é trabalhador, que arrisca o seu capital, que trabalha sozinho para fazer crescer o negócio, não sei então o que é que o senhor entende o que é um trabalhador.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 18 votos contra, 17 da CDU e 1 do BE.

Presidente da Mesa – Agora temos aqui estes votos de pesar, que são bastantes, e a pergunta que faço, para efeitos da direção dos trabalhos, se os senhores deputados aceitam fazer a discussão conjunta destes votos de pesar?

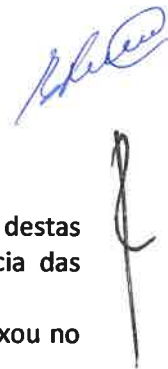
Quem quiser fazer alteração sobre algum em especial ou sobre o conjunto, poderá fazê-lo, depois disso, se houver diferenciações requeridas, se ninguém objetar podemos fazer a votação conjunta dos votos de pesar, se alguém objetar far-se-á a votação individual.

Paulo Lopes (PS) – Gostaria de pedir que se fizesse a votação dos votos de pesar do Papa Francisco à parte dos restantes. As outras nada a opor a ser tudo em conjunto.

Presidente da Mesa – A discussão em conjunto está aceite, agora sobre a votação em grupos?

Vanessa Silva (CDU) – Nós queremos solicitar que as votações fossem individuais, porque cada voto de pesar é um voto de pesar, nós temos orientações de voto diferentes para cada um dos votos de pesar. A discussão ser em conjunto não nos cria nenhuma dificuldade.

Presidente da Mesa – Há intervenções para o conjunto e depois votaremos uma a uma e é rápido.



Tiago Pereira (PS) – Dizer que iremos acompanhar estes votos de pesar, valorizando a participação destas pessoas nas instituições e associações setubalenses, destacando a disponibilidade e a importância das mesmas nos setores sociais.

A lista está longa, mas não podíamos deixar, também, de referir o Eng.º Rosa Pereira, o qual nos deixou no passado dia 19 de abril e a quem também gostaríamos de deixar uma palavra de apreço.

Vanessa Silva (CDU) – Nós acompanharemos favoravelmente todos os votos de pesar apresentados, porque consideramos que as personalidades que aqui são destacadas são merecedoras da nossa consideração e respeito. No entanto, não poderemos acompanhar o voto de pesar que o CHEGA apresenta intitulado “Voto de Pesar do Santo Padre Papa Francisco” pela forma desajustada como é apresentado, estando nós num Estado laico parece-nos absolutamente inadequado a linguagem que é usada e havendo outros votos de pesar sobre a mesma personalidade iremos votar todos os outros favoravelmente.

Francisco Cabral (PSD) – De forma genérica, o PSD irá acompanhar todos os votos apresentados à exceção de um último que irei referir posteriormente.

De forma pessoal, permitam-me também, que lamento particularmente a perda de todas essas vidas, até por todos os contributos que foram dando à nossa sociedade, à nossa comunidade e também é disto que se faz a nossa vida. Lamentar com bastante tristeza a perda do Santo Padre Francisco por tudo o que representou, a defesa daqueles que não tinham voz, a defesa daqueles que se encontravam em situações mais frágeis.

A título pessoal, permitam-me dizer-vos, também, que não irei acompanhar o voto de pesar do CHEGA, por um motivo de forma como já foi aqui dito e outro por um motivo político e permitam-me apenas referir ou falar aqui de uma citação do Papa Francisco, “*Que é preferível viver como ateu do que ir todos os dias à Igreja e passar a vida a odiar e a criticar os outros.*”

Vítor Rosa (BE) – Acompanho todos os votos de pesar aqui apresentados, exceto o voto de pesar do Santo Padre Papa Francisco, apresentado pelo CHEGA, porque isto não é um voto de pesar, é uma oração encomendada dos valores mais retrógrados a que o CHEGA dá voz e não a voz do Papa Francisco, por isso, este voto de pesar aparece à última da hora e por isso votamos contra.

5. Voto de Pesar “Pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco” (PAN) (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

6. Voto de Pesar “Pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

7. Voto de Pesar “Pela morte do Santo Padre, o Papa Francisco” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.



Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

8. Voto de Pesar “António Severino” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

9. Voto de Pesar “Pelo falecimento de António Severino” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

10. Voto de Pesar “Falecimento de Nuno Guerreiro” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

11. Voto de Pesar “Pelo Falecimento de Nuno Guerreiro” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

12. Voto de Pesar “Falecimento de Rui Salas” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

13. Voto de Pesar “Falecimento de Fernando Oliveira” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 36, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.



Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

14. Voto de Pesar “Pelo Falecimento do Coronel Carlos Matos Gomes” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 37, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

15. Voto de Pesar “Fátma Hassona” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 38, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 7 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 4 abstenções, 2 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 da IL.

16. Voto de Pesar “Falecimento de Hélder Madeira” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 39, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

17. Voto de Pesar “Santo Padre Papa Francisco” (CH) (conforme documento registado sob o n.º 40, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais, três do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar rejeitado por maioria e em minuta, com 18 votos contra, 17 da CDU e 1 do BE, 13 abstenções, 5 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 da IL, e 3 votos a favor, 2 do PS e 1 do CH.

Alexandre Teles (PSD) – Estou a aproveitar o período de antes da ordem do dia, porque tendo em consideração que quem tem conhecimento do que é fazer um arranque Black Start da rede elétrica nacional e estabelecer eletricidade a todos, não quero deixar de expressar aqui o meu sincero agradecimento à dedicação e profissionalismo incansáveis de todos os que estiveram no terreno e trabalharam nesta crise nas últimas 24 horas para que todos em Portugal e Espanha pudessem voltar a ter eletricidade nas suas vidas.

Fez-se um minuto de silêncio em honra dos falecidos.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades referente aos meses de fevereiro e março de 2025** (conforme documento registado sob o n.º 41, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa – Temos ainda uma outra informação relativa à atualização do PDM referente à Deliberação n.º 249/2025 – Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal de Setúbal (PSMS), a qual foi aprovada na reunião de Câmara a 16/04/2025, que também está distribuída, e é uma formalidade que tem de ser cumprida por ser uma adequação do PDM em relação ao que resultou da coordenação com os outros planos de ordenamento.

Alexandre Teles (PSD) – Só um pequeno aparte, há pouco estava a fazer um louvor a todos os que trabalharam, não foi ao Governo. A minha intervenção nesse ponto, não foi um louvor ao Governo. Agora a este ponto, apesar de estarmos a analisar o relatório de atividades de fevereiro e março de 2025, que em termos financeiros é a continuação dos anos anteriores, o PSD aproveita para analisar os resultados de 2024 da Autarquia de Setúbal. Estes resultados revelam uma gestão preocupante e ineficaz, verifica-se que o grau de execução orçamental da receita foi apenas de 50% e comparativamente ao ano anterior houve uma diminuição de 16% na execução da receita, indicando uma suborçamentação e uma execução muito baixa.

Relativamente à execução orçamental da despesa, a situação ainda é mais grave, com a execução apenas de 46%, na componente de investimento foram executados apenas 23%, representando uma diminuição de 14% em relação ao ano transato. Estes números são alarmantes e refletem uma incapacidade de gestão.....

Presidente da Mesa – Ó senhor deputado só um bocadinho. Está a falar sobre que ponto da ordem do dia? É o relatório das contas dos serviços?

Ainda antes temos de fazer o debate sobre a informação escrita...

Alexandre Teles (PSD) – Isto é sobre a intervenção escrita, não tem prestação de contas aqui de 2024, não está cá. É sobre a informação financeira.

Presidente da Mesa – Está bem, pronto. Então não é sobre os Serviços Municipalizados, é sobre a Câmara. Ok. Peço desculpa então, fui induzido aqui em erro.

Alexandre Teles (PSD) – No princípio da intervenção eu expliquei isso.

Continuando, embora os encargos financeiros e a dívida bancária tenham diminuído, resultando numa redução do peso do financiamento bancário no passivo, a dívida a fornecedores acumulou-se, atingindo 27 milhões de euros, dos quais 8 milhões são dívidas com mais de um ano e isso indica que a Câmara está a financiar-se à custa dos fornecedores, uma parte insustentável e completamente em contraciclo com o que se pretende, um tecido empresarial forte e robusto com plena confiança na gestão da autarquia.

Apesar do discurso do executivo sobre a redução de receita pelos impostos, verifica-se um aumento de 10% da receita proveniente de impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades em 2024.

Nós, PSD, ao longo deste mandato temos apresentado diversas propostas e conseguimos baixar a carga fiscal a todos os setubalenses e azeitonenses. Em abril iniciou-se o preenchimento da declaração de IRS, fica o desafio para todos olharem para a linha que tem o nome “benefício fiscal” e fiquem esclarecidos sobre quem contribuiu para o mesmo. Para que não restem dúvidas a CDU não foi.

Uma rubrica fundamental para a gestão da autarquia, que tem apresentado um acréscimo preocupante, mesmo com as transferências de competência em vigor, são as despesas com pessoal. Desde 2021 até 2024 estas despesas aumentaram 14 milhões de euros, mais 42%, sendo necessária uma melhor gestão e uma

aproximação com a realidade, processos mais desburocratizados e aceleração na transição digital, informatização dos projetos e muitas outras soluções.

Às vezes não devemos estar sempre a olhar para o lado, mas devemos arriscar sermos dinamizadores da mudança.

Outro ponto preocupante que diz respeito às provisões que aumentaram 3,3 milhões de euros, atingindo o valor global de 10 milhões de euros, o que é um valor muito elevado, este aumento juntamente com uma má gestão orçamental reflete uma administração desorganizada e ineficaz.

Tal como fizemos um juízo político negativo, em termos de balanço de mandato, na votação do Orçamento para 2025, também agora atendendo ao resultado líquido de 2024, -18 milhões de euros, que não é expressivo devido a estar compensado por rendimentos de subsídios ao investimento 6,7 milhões e dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2,4 milhões de euros. A falta de transparência, a má gestão financeira e o aumento descontrolado das despesas são inaceitáveis e exigem uma mudança urgente na administração da autarquia.

Ilídio Ferreira (PS) – Algum tempo atrás tivemos a oportunidade de felicitar o executivo pelo novo modelo de relatório, porque o outro tinha centenas de páginas e perdia-se com números e qualquer pessoa perdia a vontade de começar a ler o relatório, mas este ainda, julgo, que deveria ser melhorado, tendo em conta que o relatório deverá ser um instrumento para que a Assembleia Municipal acompanhe e fiscalize a atividade da Câmara Municipal. Nesse sentido, muito da informação não é relevante, será relevante para as chefias e para o Executivo, mas não é relevante para um órgão que deve ter uma apreciação essencialmente política.

Vou referir aqui 4 ou 5 situações que nos parece que deveriam ser melhoradas. Logo na página 4, mais uma vez, é referida o contencioso, e é dito que foi assegurado o apoio à instrução dos processos judiciais. Já tive a oportunidade de sugerir aqui ao executivo que fizesse chegar à Assembleia Municipal o conjunto de processos que estão em contencioso, porque julgo que é uma matéria que deveria ser do conhecimento da Assembleia Municipal. Dizer-se que é assegurado o apoio para a Assembleia Municipal é não dizer nada.

Depois, passando para a página 6, é referido que o Município concretizou a celebração de três alienações de património municipal, duas vendas de terreno e uma cedência de direito de superfície. Julgo que deveria, também, aqui ser feita uma referência sobre quais foram as alienações que foram feitas, o nome da alienação e o valor (não ocupa muito espaço) e isso permitia que a Assembleia Municipal soubesse de imediato se havia o devido enquadramento legal nos termos da Lei 75/2013. Como sabem, certas condições devem vir à Assembleia Municipal a autorização e, eventualmente, estes até vieram, mas como não é dito nada, ficamos sem o saber. Julgo que era uma informação que, também, deveria ser prestada.

Na página 13, no Departamento de Urbanismo é referido que tem sido feito o acompanhamento do contrato de execução, o que sabemos, até porque recebemos algum tempo o relatório de acompanhamento daquela comissão que foi nomeada pelo Sr. Presidente, mas a verdade é que em relação às questões cruciais também nada é dito. Não é dito como é que está o cumprimento da cláusula 9 e o estacionamento subterrâneo, como estão os pagamentos da DATAREDE, se eles continuam ou não a descontar os valores na totalidade das viaturas da Câmara Municipal e que estão autorizadas pela Câmara a estacionar, como é que está a questão do acesso por parte da Câmara ao sistema para poder avaliar se eles estão a gerir corretamente, do ponto de vista administrativo. Sobre esta matéria nada nos é dito.

Congratulamo-nos, pelo facto, do Sr. Presidente ter feito a afirmação no 25 de Abril, devo dizer que não estive este ano no 25 de Abril, e quando vi nas redes sociais as declarações do Sr. Presidente, belisquei-me e depois perguntei a colegas se correspondia à realidade e disseram que sim. O Sr. Presidente, reconheceu que o contrato não corresponde aos interesses das populações, nem às necessidades da boa gestão do espaço público. Ora, isto é o que o Partido Socialista tem vindo a dizer há 4 anos para cá, pelo menos, fê-lo logo na altura do inquérito público e tem-no vindo a fazer.

Costuma o povo dizer que não se deve ter razão antes de tempo, nem sempre é bom, eu não concordo, acho que quando se tem razão é sempre em tempo e, portanto, nós tivemos razão, temos razão desde há 4 anos para cá. O Sr. Presidente é que tem razão atrasada, já passaram 3 anos ou 4 e esta razão está atrasada, em nosso entender, o que tem vindo a lesar fortemente o interesse público. Mas, mais vale tarde que nunca,

como se costuma dizer. Esperamos, agora, que o Sr. Presidente dê o devido avanço nas questões concretas e não se fique pelas palavras que transmitiu no 25 de Abril relativamente a esta matéria.

Quanto às operações da Carris Metropolitana, eu estive lá uns dias a verificar as condições em que estão a operar na Várzea e posso dizer que as condições são muito más e que a Câmara tinha a obrigação de as melhorar. O estacionamento feito junto ao espaço do terminal rodoviário na Várzea, é feito em cima de lama, em péssimas condições, existem lá umas casas de banho, mas que estão fechadas e que são apenas para os trabalhadores da rodoviária, os munícipes que lá estão se quiserem utilizá-las têm de pagar 50 cêntimos para poderem eventualmente usar a casa de banho, não sei em que condições, porque eu não tinha na altura a moeda de 50 cêntimos para abrir.

Por outro lado, os espaços para as pessoas esperarem pelos autocarros não têm, também, as condições desejadas para poder estar ali à intempérie, principalmente em relação à chuva, porque não são completamente fechados. Eu diria que a Câmara tem a obrigação de melhorar aquele espaço e já o deveria ter feito.

Postas estas questões, termino com uma boa notícia, que é o facto de nestes meses os impostos continuarem a ser superiores ao ano passado. Os impostos diretos subiram de 2024 para 2025, neste período, 58%, o que é bom para a autarquia ter mais meios financeiros para poder levar a cabo as obras que assim entender.

Simão Calixto (CDU) – Em relação aqui à informação escrita, não posso deixar de dizer e reconhecer, mais uma vez, que estamos perante um documento que é revelador daquilo que é a atividade do Município no sentido do crescimento, da afirmação de Setúbal e deste concelho como um todo e na valorização da obra que é feita todos os dias.

Quero aproveitar para, também, dar uma saudação a todos os jovens que saíram à rua no mês de março e que aproveitaram o festival inquieto e outros momentos promovidos pela Câmara Municipal durante o mês de março para comemorar o Dia Nacional do Estudante e da Juventude, que é de uma grande importância e que está aqui refletido neste relatório. Dar, também, uma grande felicitação e celebração às mulheres que comemoraram no dia 8 de março em luta, nas iniciativas que se desenvolveram aqui na cidade, também muito importantes, e que a Câmara apoiou como também as juntas de freguesia.

Em relação às obras, estamos perante o desenvolvimento do nosso concelho, nomeadamente com o desenvolvimento da requalificação da Estrada dos Ciprestes, do novo Mercado de Brejos de Azeitão (que estará certamente quase pronto pelo aspeto que tem), da continuação do investimento na requalificação da habitação pública no nosso concelho, com um conjunto muito grande de obras em desenvolvimento na Bela Vista, agora aqui também em baixo na Rua do Mormugão, na continuação do investimento no Parque da Várzea que, também, já se vê um conjunto de coisas prontas como os passeios alargados, as máquinas a trabalhar que, também, quero aqui valorizar. Também o investimento no novo Parque Urbano da Quinta da Amizade, que como disse ainda agora o Presidente Luís Custódio, as obras estão com um atraso por causa do mau tempo, mas que se vão retomar e vão-se, certamente, concluir.

Quero, também, aproveitar, apesar do relatório ser só até março, mas não podia deixar de felicitar e valorizar todos aqueles que participaram nas comemorações do 25 de Abril, promovidas pela Câmara Municipal e pelas Juntas de Freguesia que, neste fim de semana que passou, encheram a cidade de Setúbal a valorizar Abril e gritar “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!”. De facto, foi uma aposta certa desta Câmara, neste mandato, fazer os 3 concertos em 3 freguesias diferentes, mas também dar todo o apoio às coletividades e às juntas de freguesia que realizaram um conjunto muito diversificado de iniciativas e todas elas correram bem e provaram que o nosso povo está com o 25 de Abril.

Quanto às questões financeiras, que já aqui alguns deputados colocaram, gostava de aproveitar e dizer que, de facto, o Governo devia pagar o que deve, devia dar um bom contributo para a saúde financeira desta Câmara e deste Município se pagasse 1 milhão e 200 mil que deve do Centro de Saúde de Azeitão, por exemplo, que foi prometido pelo Governo do PS, mas que o Governo do PSD também não pagou.

Também dar um contributo se pagasse os 4 milhões de euros que a Câmara já teve de investir, devido à transferência de competências na área da educação, porque isso os senhores deputados nunca falam, falam sempre de outras coisas, mas aquilo que está na competência dos partidos, a que vocês pertencem, resolver fica sempre esquecido.

Paula Soeiro (PSD) – Senhor Presidente, uma interpelação à Mesa.

Relativamente à interpelação, ela tem a ver com a Mesa analisar o conteúdo desta última intervenção. O Sr. Presidente da Assembleia há pouco estava na dúvida qual era o ponto que o nosso deputado estava a falar, mas parece-me que nesta última intervenção, claramente, não seria sobre a informação escrita do Sr. Presidente.

Relativamente à informação escrita do Sr. Presidente de Câmara, tal como a informação financeira é manifestamente insuficiente para esta Assembleia poder fazer uma apreciação adequada do exercício e continua, na nossa opinião, a não dar uma resposta adequada àquilo que é preconizado na Lei 75/2013 e permita-me alguns exemplos. Quanto à gestão do combustível, que vem no descritivo relativamente ao Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros, foram efetuadas notificações aos proprietários por incumprimento num total de 6 processos, mas esses números significam o quê, Sr. Presidente? Falta o comparativo por período análogo de forma que se possa apreciar a evolução dos comportamentos e da ação fiscalizadora do serviço.

Curiosamente, ontem, 28 de abril, assinalou-se o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, no relatório nesta informação escrita lê-se que o Gabinete de Medicina do Trabalho, Enfermagem e Psicologia efetuou a monitorização de 62 processos requeridos de doença profissional. Mas 62, são o número total de processos no período, que são 2 meses, ou os serviços só conseguiram fazer essas motorizações?

Qual é o índice de execução processual? Há mais ou menos processos por doença profissional relativamente a período análogo?

Em que categorias funcionais ou profissionais há mais processos requeridos de doença profissional? Que medidas foram tomadas para diminuir ou prevenir situações que possam vir a resultar em processo de doença profissional?

Consideramos, e já agora agradecendo também que os serviços colocaram isto na nossa informação, que seja mais do que a realização de um seminário em que se diz que os trabalhadores da Câmara serão mais seguros, mais saudáveis e mais felizes.

Continuando a análise do relatório, leu-se ainda que deu continuidade à execução das competências na área social, nomeadamente nas medidas de ação social e acompanhamento em sede de rendimento social de inserção e o atendimento direto à população migrante, mas isso significa o quê?

Houve mais ou menos procura? A tipologia das necessidades ou medidas alterou-se relativamente ao mesmo período do ano anterior? As respostas às solicitações foram atendidas com eficácia e eficiência? Existiram reuniões com as 7 instituições? E sobre a iniciativa de quem? Há necessidade de modificação dos protocolos de modo a darem uma resposta mais célere e adequada às populações?

Como vê Sr. Presidente, são estes e muitos outros indicadores que não se encontram neste documento, o que não permite apreciar a evolução dos projetos estruturantes, se existiu ou não mais eficácia e eficiência ou adequação do serviço às necessidades da população e ao desenvolvimento integral do território. Estes sim, deviam ser o foco único da ação do Município e do Sr. Presidente e não meramente um cumprimento de um dever para apresentação a esta assembleia.

Manuel Esteves (PS) – Quero-me dirigir ao Sr. Presidente por causa do seu relatório de atividades destes dois meses, sobre a rubrica do urbanismo e habitação. Quero-lhe perguntar qual é o ponto de situação do Auditório de Azeitão, que foi uma promessa sua e que estava à espera de resposta do Tribunal de Contas. Se tiver alguma informação, agradecemos que nos comunicasse.

A outra rubrica é sobre o ambiente dos serviços urbanos, nós em Vendas de Azeitão e Vila Fresca de Azeitão estamos a ter grandes problemas com as colónias de gatos da rua. Neste momento até na Rua Principal de Vila Fresca de Azeitão está lá uns monos, e tenho aqui as fotografias que até dá impressão vê-las, dos

caixotes que lá estão e que já ocupam um banco público onde as pessoas se assentavam para descansar um bocadinho, agora é manjedoura, se me permite a expressão, dos gatos de rua, neste momento.

A Junta de Freguesia devia ter uma atenção especial para ver se chamavam lá os serviços dos monos para irem levantar aquelas situações, porque aquilo é vergonhoso numa altura destas. Tanto na Rua da Chapeleira como na Rua Principal a 30 metros da Igreja de São Simão.

Depois na rúbrica do Departamento de Urbanismo e Mobilidade falar do seguinte: os sinais de trânsito na Ponte de Alcube, sito na Rua das Necessidades no sentido de Azeitão/Setúbal sobre as prioridades de passagem, no sentido de Setúbal/Vendas um sinal de proibição de viaturas superiores a 3 toneladas. Estou-me a explicar mal. À entrada desta estrada, que é uma estrada curta, existiu e existe lá um sinal, que está tombado, a proibir as viaturas superiores a 3 toneladas e meia. Já era tempo de se levantar o sinal e por o sinal visível para que não haja ali mais algum acidente naquela ponte. Na própria ponte de Alcube no sentido de Setúbal/Vendas de Azeitão existem uns sinais de prioridade para a passagem da ponte estreita, neste momento há um que foi colocado pela Junta de Freguesia de União de Freguesias de Setúbal, no outro lado que é das Freguesias de Azeitão e que está tombado e ainda não foi levantado. Assim como, também, na rua de Setúbal no sentido Norte-Sul os sinais de trânsito encontram-se tombados no chão, o que não deixa de ser perigoso para quem utiliza diariamente aquela estrada. Refiro-me à estrada do Alto das Necessidades.

Custa-me vir aqui com estas queixinhas, porque os fiscais passam ali diariamente, os elementos das juntas de freguesia passam ali diariamente e não se resignam a ter a coragem de levantar um sinal destes que é tão importante, um sinal de obrigação.

Depois falar aqui, também, um bocadinho de Setúbal por causa do interesse da nossa cidade, capital de distrito, onde há uma situação que me custa a acreditar e tenho que deixar aqui registado. Qualquer indivíduo que queira visitar a nossa cidade e que venha no expresso, este não para em Setúbal. O expresso vai parar em Almada ou em Lisboa.

Qualquer pessoa que queira vir visitar a nossa cidade de comboio, o comboio não para em Setúbal, vai parar ao Pinhal Novo. São situações que não têm cabimento, sei que não é só a Câmara que tem a obrigação e o dever de se debruçar sobre este problema, mas chamar a atenção, porque isto devia de ter alguma resolução, afinal de contas somos cidade e o Pinhal Novo não é cidade e os comboios vão todos para lá.

Peço desculpa, senhor Simão, não ando de comboio, ando de automóvel, felizmente, mas tenho pessoas que me disseram que vinham para Setúbal de comboio e foram parar ao Pinhal Novo. Se me der o número de telefone vou dizer para lá ir buscá-los e trazê-los para Setúbal. Se calhar, era isso que dava jeito.

Flávio Lança (IL) – O tempo não é muito e vou ser o mais breve possível na minha intervenção, mas não quero deixar de questionar o Sr. Presidente, e também de lhe fazer aqui um apelo relativamente a este relatório de atividades deste 1º trimestre.

Em primeiro lugar, pedia que o lesse com atenção antes de o enviar para a Assembleia Municipal. Há quadros que têm valores e não têm totalizadores, há palavras sublinhadas que nem se percebe e, obviamente, falta também alguma informação, porque eu procurei aqui onde é que estaria o resultado líquido deste trimestre e é muito difícil lá chegar.

Segundo, seria pedir-lhe que nos explicasse por que razão, neste mandato, desde 2022 que assistimos sistematicamente a resultados negativos no município? São -8 milhões em 2022, -18 em 2023, -18 em 2024, e umas contas breves com os parcos resultados que aparecem aqui no relatório de atividades, parece-me que este trimestre são -5 milhões, daria 20 no ano se assumíssemos que os próximos trimestres fossem iguais a este. Isto eu gostava de perceber Sr. Presidente, e acho que eu e todos os munícipes por onde é que está a conduzir o município? Qual é a sua estratégia e por que razão temos estes resultados apresentados?

Presidente da Câmara – Agradeço todas as questões que foram colocadas. Começaria por dizer que, relativamente às questões financeiras, o que aparece aí nessa informação são valores que se fazem de comparação entre os meses de janeiro, fevereiro e março de 2024 e 2025.

São valores que não tem um enquadramento, os senhores deputados sabem isso, de qualquer forma há dados aí que refletem muito da evolução da situação financeira da Câmara Municipal de Setúbal, mas eu tenho chamado a atenção aos senhores vereadores, aos senhores deputados municipais que, como diz o povo “chuva no nabal e sol na eira não é assim tão fácil”.

As posições dos senhores deputados, dos representantes dos partidos que têm decisão na vida financeira da Câmara Municipal, nas propostas que aprovam ou não aprovam, naturalmente que têm consequências no orçamento municipal e eu não tenho deixado de chamar a atenção para isso.

Na intervenção do senhor deputado Alexandre Teles, ficou bem claro que estas duas situações são difíceis de compatibilizar, porque, de facto, não há caminhos que possam confluir quando as decisões são de cortar nas receitas dos municípios e depois vem-se dizer que os resultados finais não são muito positivos. Não vou, naturalmente, desenvolver esta temática aqui.

Os senhores deputados municipais podiam ter acesso a mais informação e devidamente enquadrada se tivéssemos hoje aqui a discutir as Contas do Município, mas a Câmara Municipal votou contra a apresentação da proposta de Contas, portanto, a Assembleia Municipal não tem essa possibilidade, mas talvez aí tivéssemos um outro enquadramento e uma possibilidade de uma avaliação mais ponderada deste conjunto de questões. Mas é um facto que a situação financeira do Município não tem melhorado, não é uma situação desequilibrada, também isso é o que nós procuramos fazer com que essa situação não aconteça, como já aconteceu no passado, infelizmente, e com consequências para os munícipes e para todos nós, que, durante muitos anos, tivemos de pagar o contrato de Reequilíbrio Financeiro, que acabámos de pagar no ano passado. E, portanto, a componente financeira que foi para pagar um contrato de Reequilíbrio Financeiro, com os juros associados, afetou os munícipes em Setúbal.

O que nós chamamos a atenção é para que as decisões dos senhores vereadores e dos senhores deputados tenham em conta a situação financeira do Município. Há uma questão que não pode ser iludida, que não se pode vir dizer que não se tem conhecimento das contas e não se tem conhecimento da situação financeira, porque a informação financeira é disponibilizada aos senhores vereadores e aos senhores deputados municipais e não se pode vir argumentar com esse tipo de desconhecimento.

O senhor deputado municipal Ilídio Ferreira, veio mais uma vez aqui congratular-se pelo facto de os resultados das receitas do Município continuarem a evoluir positivamente, mas o senhor deputado não esclareceu, aliás, isto é um pouco de resposta também a muitas questões que os senhores deputados municipais aqui falaram de que falta informação no relatório. Naturalmente que dizemos que o relatório melhorou muito relativamente à situação anterior e agradeço os vossos contributos e as questões que foram colocadas no sentido de que o relatório possa vir a melhorar.

Mas voltando aqui à questão do senhor deputado Ilídio Ferreira, que se congratulou pela evolução positiva dos resultados das receitas do município, mas o senhor deputado Ilídio Ferreira esqueceu-se de dizer à custa de quê e em que condições e com e que garantia de estabilidade futura, porque essa é uma grande preocupação que nós temos.

A situação financeira da Câmara Municipal pode vir a degradar-se substancialmente, se a evolução da receita, no que diz no que diz respeito ao IMT não evoluir, e todos nós sabemos e o senhor deputado também sabe que de um momento para o outro isso pode acontecer, porque não tem uma evolução progressiva, com confiança e que tem a ver com a atividade imobiliária. Nós sabemos que a atividade imobiliária tem avanços progressivos com receita, mas depois tem momentos de estagnação e que, portanto, essa receita pode vir a deteriorar completa e drasticamente a situação das contas do Município. É essa a questão que todos nós temos de considerar quando estamos de uma forma séria a analisar a situação financeira do Município e é isso que eu gostava de chamar a atenção.

Quando falamos das contas do Município, temos de ter em conta, que não se trata aqui da CDU alguma vez dizer que não está de acordo com a redução dos impostos aos setubalenses, nós todos ou quase todos temos a nossa residência em Setúbal e, portanto, todos somos afetados mais positiva ou menos positivamente quanto às decisões que tomamos relativamente aos impostos.

Uma coisa é isso e outra é termos a responsabilidade de defender a estabilidade financeira da Câmara Municipal. Isso é fundamental, porque as consequências a seguir podem ser muito mais graves do que o facto de estarmos a reduzir de uma forma drástica as receitas do município, como aconteceu ao longo deste mandato.

Relativamente ao contrato de estacionamento, senhor deputado Ilídio Ferreira, a Câmara Municipal, o executivo municipal continuam a acompanhar esta situação e como sabem nós constituímos uma comissão com representantes do Município e representantes da empresa no sentido de encontrarmos um caminho que viesse a defender os interesses do Município, haver melhor esclarecimento e compreensão por parte do funcionamento dos serviços da empresa e em benefício dos interesses do Município e que os pagamentos devidos contratualmente fossem assumidos.

Tem havido dificuldades nesta relação com a empresa e o que eu vim afirmar, na intervenção que referiu do 25 de Abril, é que se não houver evolução nesta última tentativa de a Câmara Municipal dialogar com a empresa e podermos ultrapassar as dificuldades que foram assinaladas, cujas penalizações foram aprovadas pela Câmara Municipal, naturalmente que a Câmara Municipal, nos termos do enquadramento legal que é necessário haver, vai ter de atuar em conformidade. É isso para que não haja dúvidas, para que ninguém tenha dúvidas, incluindo a própria empresa, daquilo que irá acontecer se a situação não se alterar. A breve prazo, certamente, que esse relatório será também do conhecimento dos senhores vereadores e dos senhores deputados municipais.

Relativamente às questões concretas que o senhor deputado Manuel Esteves colocou, quero dizer que o Tribunal de Contas deu visto à obra do Auditório de Azeitão e que se está a desenvolver. Como sabe aquilo é uma construção por módulos, está adjudicada a uma empresa, uma boa parte dessa construção é feita em estaleiro e creio que até ao final do mês de maio se iniciará a obra no terreno já com a instalação, como aconteceu com o Mercado de Brejos de Azeitão que está praticamente em final da obra.

Essa é uma boa notícia, porque estamos em condições de finalmente ter a obra em desenvolvimento e a criação de melhores condições para o desenvolvimento cultural de Azeitão também.

No que respeita à questão dos sinais de trânsito, senhor deputado municipal, infelizmente há quem se entretenha a deitar sinais de trânsito abaixo, isto não quer dizer que os serviços não tenham depois a obrigação de os repor, mas é um facto que nós assistimos e não só com os sinais de trânsito, mas com todo um outro conjunto de equipamentos que estão na via pública. Naturalmente que agradeço a sua informação e no caso concreto da Estrada do Alcube e que os nossos serviços hão de atuar o mais rapidamente possível.

Ó senhor deputado, quanto ao expresso a informação que eu tenho é que eles param no Interface. É a informação que eu tenho, mas o senhor trouxe essa questão e eu vou avaliar. Os expressos param no interface, há um acordo entre as empresas que gerem os expressos e a Câmara Municipal, agora, o senhor diz que alguns expressos não pararão em Setúbal, eu vou verificar. Obrigado pela informação.

No que se refere aos comboios, nós temos reivindicado junto do anterior Governo, junto do anterior Ministro, junto do anterior Secretário de Estado das Infraestruturas que Setúbal é uma capital de distrito e justifica-se que passem aqui os comboios. É lamentável que o Partido Socialista, que esteve 8 anos no Governo, tenha decidido alterar o circuito dos comboios que deixaram de passar em Setúbal e que o senhor deputado agora venha questionar o porquê de o comboio não passar em Setúbal. É lamentável que o comboio não passe em Setúbal e a Câmara Municipal de Setúbal, este executivo, vai continuar a exigir, seja qual for o Governo, que Setúbal tem a necessidade e se justifica que esse comboio, que é um comboio que faz a ligação com o sul do país, passe em Setúbal. Aliás, como bem sabe, não é só isso que nós reivindicamos junto dos anteriores ministros e junto dos atuais, que é o prolongamento do comboio que atravessa a Ponte 25 de Abril ir até ao Politécnico e até às Praias do Sado para servir aquela população, para servir o nosso Politécnico que tem cerca de 9 mil pessoas todos os dias naquele espaço e que precisam de ter um meio de transporte mais amigo do ambiente e de maior confiança nas suas deslocações. Portanto, isso são reivindicações que nós temos vindo a fazer e que são públicas e que continuaremos a fazer.

Era isto Sr. Presidente, de uma maneira geral. Coloquei aqui o problema e espero que os senhores deputados municipais consigam perceber, de facto, a diferença entre nós termos uma posição que veja as duas partes, que é o equilíbrio das contas municipais e naquilo que seja possível ir reduzindo a carga fiscal aos nossos municípios. É essa a nossa posição e é esse o enquadramento que nós fazemos.

Presidente da Mesa – Chamo a atenção de que está, também, distribuído um documento que é uma declaração relativa à alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Setúbal, não é um documento que vá a discussão pública, é uma adaptação formal e que tem de ser dado conhecimento à Assembleia. Este documento respeita à adaptação de disposições, conforme está previsto no número 2, do artigo 121 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e que tem de ser informado à Assembleia e ir para publicação. Tomem atenção a esse documento e fica registado que a Assembleia foi informada dessa alteração por adaptação do PDM de Setúbal.

2. Deliberação n.º 14/2025/AM – Delib. CM n.º 209/2025 – Relatório Anual e Contas 2024 dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, PPD/PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Mário Aranha (PS) – Para além das contas, também muito importante, foi-nos apresentado o relatório de atividades relativamente ao qual a bancada do PS gostaria de agradecer pela profundidade e pela qualidade desse mesmo relatório. O que nos indica este documento é que os principais problemas que os Serviços Municipalizados enfrentaram em 2024 não foram bem endereçados, ou seja, não temos um investimento decidido, nem temos planos de concretização firmes para combater, por exemplo, o problema das fugas que em Azeitão representam mais de 40%, da água que é captada 40% é perdida até chegar à torneira dos consumidores.

Também referir que existem situações que nos levantam bastante preocupação, como seja, a entrada de água no sistema, que vem referido, subiu 2,6%, mas o volume de água faturada baixou meio por cento e a água consumida 1%, ou seja, tivemos aqui maior ineficiência.

Também de referir, que vem mencionado no relatório, o que também nos levanta óbvias preocupações, é o não aproveitamento do PRR para melhorar a eficiência energética e autonomia dos Serviços Municipalizados. Tal como vem referido no relatório, foi um ano de estagnação na parte de eficiência energética e na parte da autonomia não há qualquer referência, portanto, depreende-se que não houve qualquer investimento ou melhoria nesse sentido.

Em termos de áreas de atividade, naturalmente que devido a questões já por demais conhecidas é sempre feito muita queixa e há muitos problemas apontados à AMARSUL. Só para quem nos está a ver e ficar um bocadinho mais enquadrado, a AMARSUL é uma empresa detida a 51% por privados e o restante pelos municípios da Península de Setúbal, no qual o nosso Município tem uma participação de cerca de 10%.

O que existe é que, devido a várias circunstâncias, o preço cobrado por esta empresa tem subido, o que tem levantado aqui alguma polémica. Agora, o que não é referido é que teríamos muita razão de queixa sobre essa situação e o que não é referido é que essa empresa deu prejuízos, inclusivamente, não pode distribuir dividendos, porque tem resultados transitados negativos e, portanto, isto não é um bom negócio.

De referir, ainda, que há aqui também uma situação que não é mencionada, é que, neste momento, quando é feita a recolha de biorresíduos, o valor que a Câmara paga é um valor zero e se conseguíssemos fazer isso, poupávamos de duas vias, por um lado na tarifa e, por outro lado, a AMARSUL com esses biorresíduos conseguia produzir, por exemplo, biogás ou composto, o que entra para as receitas e, obviamente, quanto mais receitas a AMARSUL tiver neste tipo de resíduos mais baixo é o valor cobrado aos municípios.

Referir, também, sobre este assunto dos biorresíduos, que foi um ano perdido, ou seja, pelas próprias contas que o relatório nos indica, subiu apenas 6,6% para 8,5%. Também, o que nos levantou aqui alguma preocupação foi um projeto bastante relevante, mas que acabou, pelo menos em 2024, por ser um flop e que teve a ver com a recolha de óleos usados, inclusivamente no relatório diz que em novembro o valor foi de tal forma baixo que não atingiu o nível mínimo e nem sequer em novembro houve recolha. Aqui de referir, ainda, que apesar de tudo há algumas boas notícias, que a recolha de papel e cartão subiu 8%, as embalagens de plástico e metal 5%, no vidro as notícias foram más, porque baixaram 3,7%. O que é que isso depreende? É que, em termos de comunicação, também temos aqui vários tipos de problemas, ou seja, não se está a fazer uma comunicação forte, incisiva e assertiva que, de facto, reciclar não é só bom para o ambiente, como reciclar também nos permite poupar.

Relativamente a um outro assunto que, também, é um bocadinho escamoteado no relatório, como depois na comunicação externa, é que a AMARSUL, talvez por ser uma empresa privada é sempre diabolizada, enquanto a maior fatura que os Serviços Municipalizados pagam e concomitante as pessoas pagam tem a ver com o saneamento.

Na questão do saneamento, a diferença é que quem depois faz a recolha nas ETAR's e faz o respetivo tratamento em alta é uma empresa que, neste momento, é detida em 51% pelo Estado e no qual também o nosso município é o 2º maior acionista. Talvez e misteriosamente, aqui não sabemos, por ser uma empresa do Estado já não causa problemas, pelo menos no que vem no relatório. Já não causa tantos problemas, mas temos de referir que a maior fatura paga pelos Serviços Municipalizados e pelas pessoas é, de facto, a AMARSUL, e em 2024 esta fatura subiu 14,6% e não vimos aqui qualquer tipo de contestação a esta verba.

Referir, ainda, que há vários da mesma forma e que algumas situações com a AMARSUL têm de ser resolvidas e com a SIMARSIL também e, se calhar, até com consequências maiores para as contas dos Serviços Municipalizados. Só fazer uma referência que vem no relatório, é que os SMS vêm reclamando a correção das medições de fluxo devido à exclusão das sobrecargas devidas à chuva, ou seja, a água da chuva que devia ter um caminho diferente, está a ser tratada pela SIMARSUL, aparentemente, e nós estamos a pagar, não sabemos se dezenas ou centenas de milhares de euros por ano indevidamente e, pelos vistos, este problema não causa tanto constrangimento como causa os problemas da AMARSUL.

Também há um indicador que nos chamou aqui a atenção, em 2023, nós sabemos que foi um ano de transição, um ano difícil, inclusivamente até de sistemas informáticos, houve a passagem das pessoas do privado para o público e o que aconteceu foi um aumento do absentismo em 2024, face a 2023. Não há aqui nenhuma razão aparente, tendo em conta que o período de transição já tinha sido ultrapassado, o que é certo é que o absentismo subiu para 8,3%, ou seja, 8,3% das horas de trabalho não são feitas, porque as pessoas faltaram pelas mais diversas razões.

Também nos causou aqui muita estranheza foi em setembro o absentismo ter atingido quase 20% dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados, portanto, houve uma pandemia qualquer em setembro nos Serviços Municipalizados, o que é bastante preocupante.

A nível mais financeiro, aquilo que temos a referir é que há um aumento de 5 milhões de euros de dívidas a curto prazo a fornecedores, não há qualquer tipo de menção para entrada em novos negócios. Por exemplo, os Serviços Municipalizados do Porto, que são públicos, já estão no negócio das comunidades de energia, o que faz um aumento de receitas para o próprio serviço. Também de referir que mais de 50% das dívidas que existem de clientes, cerca de 1 milhão de euros, estão com um atraso de mais de 30 dias.

Pelo que, também, vem no relatório que houve um aproveitamento muito escasso de fundos comunitários e do fundo ambiental que não chegou a 400 mil euros e do PRR, pelo menos no que vem no relatório, o valor foi zero. A execução das despesas de capital foi abaixo das despesas correntes, mas isto já é um paradigma da gestão CDU, gosta de despesa corrente e não gosta muito de despesas de investimento, mas foi razoável dentro os 76,3%, tendo em conta as carências e as necessidades que já foram identificadas em termos de investimento, obviamente que este valor teria de ser superior.

Também, em termos de análise financeira, é referenciado que as despesas com pessoal aumentaram 30% face a 2023 e não se notou que a atividade dos Serviços Municipalizados tenha também subido 30% ou a qualidade de serviço, etc., etc., portanto, há aqui um desfasamento estranho. Os resultados líquidos, embora

o lucro não seja o objetivo dos Serviços Municipalizados, com o qual, obviamente, nós concordamos, de qualquer das formas o valor gerado diminuiu 12,6% face a 2023, o que faz com que para o ano haja menos recursos para investir.

Ainda referir, tendo em conta a história dos Serviços Municipalizados, que era um serviço que estava concessionado e que passou, felizmente, para a esfera pública, nos últimos 4 anos dessa concessão, em 2017/2021 foram entregues mais de 16 milhões de euros de verbas e que esses 16 milhões de euros deviam ou estar guardados para quando os Serviços Municipalizados viessem para a esfera pública, que já sabíamos que íamos investir pesadamente, mas ninguém sabe, quer dizer, toda a gente sabe onde é que param esses 16 milhões de euros que deveriam ter sido guardados ou, pelo menos, deveriam ter sido fortemente investidos no sistema.

O que é certo é que esses 16 milhões de euros foram gastos em gatos no telhado, viagens, etc. e agora que nós precisamos desse dinheiro esse dinheiro dissipou-se.

Portanto, vamo-nos abster, porque a visão e o que nós queremos para os Serviços Municipalizados teve a ver aqui com uma alteração de paradigma, nós queremos que os Serviços Municipalizados sejam a nossa *utility*, uma *utility* pública dinâmica, não seja uma repartição das águas e dos lixos, queremos que os Serviços Municipalizados sejam um motor de desenvolvimento com prioridade total ao investimento.

Vítor Rosa (BE) – Em primeiro lugar, lamentar que perante a apresentação deste relatório não estivesse na reunião da Comissão qualquer membro da Direção dos Serviços Municipais para a apresentação do mesmo e eventuais esclarecimentos.

Dizer que nos apraz o evoluir da forma sustentada da gestão dos serviços municipais, bem como o parecer do ROC sobre as contas, ficando, contudo, a nossa reserva perante este relatório. Quanto às questões, aqui dizer, que é aquela que mais nos preocupa, a recolha dos resíduos e o seu impacto futuro nas contas dos serviços e da Câmara no geral, quanto ao aumento das taxas a ela associada e o seu peso na fatura com reflexos em particular no bolso dos munícipes.

Permita-me, também, falar aqui sobre um folheto que recebi na caixa do correio, que é da recolha na Freguesia de São Sebastião, de tentar mudar a recolha de resíduos no Bairro Santos Nicolau e de Nossa Senhora do Bairro da Conceição. O simples folheto que deixamos na caixa do correio, por si só, não é suficiente, na nossa opinião, para mobilizar o munícipe e cativá-lo de forma satisfatória para a mudança de mentalidades que é necessária, porque este é um papel extremamente importante que temos de trabalhar com os munícipes. Eu, sendo deputado eleito aqui, e recebendo na minha caixa do correio e acompanhando todo este processo, mesmo eu sinto algumas dificuldades como é que damos o passo seguinte para poder trabalhar nesta matéria?

Esperamos, também, com a maior rapidez possível a resolução das obras de saneamento sanitário, umas ainda em falta e a concretização daquelas que estão hoje no terreno. Acompanharemos de perto todas as preocupações, as quais nos remetem para um voto de abstenção a este relatório.

Vereador Carlos Rabaçal – Quero agradecer o elogio do senhor deputado municipal, Mário Aranha, em relação ao relatório. Nós devíamos ter feito um relatório como fazem as Águas do Sado, as Águas de Cascais, que são relatórios que têm os números básicos e o resto é conversa.

O que nós decidimos? Pensámos no assunto e decidimos que era, neste momento exato em que os Serviços Municipalizados concluíram grande parte da sua instalação, neste momento ainda há aspetos da instalação e já explico porquê, que era muito importante que houvesse um relatório que espelhasse a realidade desta atividade naquilo que tem de mais positivo, naquilo que tem de mais negativo, naquilo que está a correr melhor e naquilo que está a correr menos bem e, também, para se ter uma ideia exata do esforço que tem de ser feito para termos um serviço de excelência no nosso concelho. É preciso que toda a gente perceba isto, até para se entender também as propostas que fazemos, porque se não ninguém percebe por que é que nós precisamos de dinheiro para aquilo, dinheiro para aqueloutro, etc. e porque é que estamos a ir num caminho e não noutro caminho.

Até nós costumamos brincar com os dados deste relatório, só falta aqui dizer que no dia 24 de março fomos ao gabinete do técnico X tirar o parafuso enferrujado da cadeira Y para não cair. Só falta isso. Nós demos todos os dados possíveis para que todos os que lessem tivessem condições de ter uma opinião e para nós é fundamental que tenham uma opinião até para nos ajudarem a fazer melhor o nosso trabalho. Esta era a primeira questão que queria deixar.

A segunda questão tem que ver com duas ou três grandes direções de trabalho que este relatório espelha, de certa forma, mas que no plano de atividades futuro irá espelhar melhor. Nós estamos a trabalhar para tentar conseguir a total autonomia dos Serviços Municipalizados em todas as suas áreas. Neste momento, na recolha de resíduos só nos falta resolver a autonomia em duas áreas, a área da recolha de enterrados pensamos, que com as medidas que tomamos, a aquisição de viaturas e o recrutamento de pessoal, ter em agosto essa situação resolvida, porque as empresas que o fazem não são empresas boas e criam-nos dificuldades e obrigam a que os serviços tenham equipas especiais para ir resolver e limpar aquilo que eles sujam ou que deixam sujo, portanto, não podemos continuar a fazer isso.

Por muito que exijamos ou púnhamos multas, etc., não queremos andar com processos judiciais a empresas, queremos ter o trabalho como deve ser e isso vamos ter nós que o fazer. Nesse sentido, a autonomia da recolha vai ser integral. Nos resíduos, demolição e construção em monos conseguimos agora na Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra assumir essa responsabilidade, parcialmente no Sado e até junho vamos assumir integralmente em todo o Município a recolha de monos, de resíduos e demolição que estão, neste momento, parcialmente entregues às freguesias.

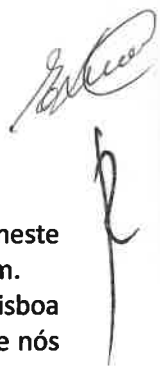
Também para a lavagem de contentores, compramos uma viatura de grande capacidade, aliás, compramos para os resíduos e até a este momento temos 10 viaturas, e estamos a fazer um esforço muito grande para dotar daquilo que esse setor nunca teve para fazer um trabalho de qualidade. Em relação à lavagem de viaturas, neste momento, já temos, digamos, uma capacidade de lavar metade dos contentores e com mais uma viatura, no próximo ano passaremos a lavar integralmente os contentores. Neste momento está 50/50, Serviços Municipalizados e uma empresa. A partir desse momento, ficamos com uma autonomia completa nessas questões que ocorre business dos Serviços Municipalizados.

Está neste momento em curso um contrato, aliás, um protocolo com a eletrão para recolher os resíduos elétricos de pequena dimensão e já temos pronto um procedimento e íamos lançá-lo, mas, depois a ERSAR disse que ia sair uma norma sobre os têxteis e então decidimos aguardar que saia a norma para adaptarmos o nosso concurso. Feito esse processo, estamos a assegurar o essencial da limpeza.

Nós temos feito reuniões com moradores em todo o concelho, de Azeitão à Gâmbia, Sado, e, neste momento, o feedback que temos é positivo. Podemos ter tido sorte nas regiões em que tivemos, mas no geral o feedback é positivo, são apontados aspetos concretos que têm de ser resolvidos, têm de ser tratados, mas a opinião que nos é traduzida é que a situação melhorou. Isso para nós é um estímulo grande, mas também uma responsabilidade na medida em que isso implica que nós não baixemos a guarda da qualidade e que vamos mais longe.

Foi aqui levantado uma questão, que aproveito para falar já e que tem a ver com o Bairro Santos Nicolau. Nós estamos a fazer nesse bairro um projeto-piloto para criar um bairro exemplar no que respeita à higiene e limpeza e no que respeita, também, às questões urbanas, processo que está em estudo. Nós temos um grupo de trabalho com quem reunimos regularmente e já tivemos dois plenários com a população do Bairro Santos Nicolau, onde definimos as linhas de trabalho, as soluções, os locais, definimos o porta-a-porta onde há, estamos a fazer o porta-a-porta integral de uma parte substantiva do Bairro da Conceição, e todo esse trabalho foi discutido, decidido e aprovado pelos moradores e transformado em ação.

Foi mesmo lançado o projeto recentemente, onde saiu no folheto que foi referido e esse folheto resultou até da redação coletiva com os moradores. Só para dizer que vamos fazer ali um projeto piloto para depois poder evoluir para outras zonas onde é possível fazer o porta-a-porta integral. Pensamos que essa solução, em zonas históricas, resolve melhor do que as soluções que temos até agora. É um processo que está em curso e que tem uma importância muito grande para o nosso trabalho. Isto em relação aos resíduos e este é o nosso projeto, recrutamos pessoas, mesmo com o crescimento de recrutamentos nós estamos num patamar de rácio de trabalhadores/orçamento equilibrado, nem estamos acima da média, estamos bem.



A situação dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados era ridícula em todas as equipas e, neste momento, nós reforçámos as equipas de recolha de resíduos, há novas tarefas, os biorresíduos evoluíram. Aconselhava o senhor deputado municipal Mário Aranha a ir a uma reunião da Área Metropolitana de Lisboa para perceber as dificuldades que todos têm para fazer aquilo que fazemos e ver o nível de avanço que nós temos em relação a outros que lá estão, com mais dinheiro, com mais recursos e com mais meios.

Estamos a tentar fazer na área dos resíduos dos serviços, uma grande máquina de recolha com muita qualidade para fazermos o passo seguinte que é discutir com as pessoas o seu empenhamento. Nós fazemos a nossa parte e vocês fazem a vossa. Não vale a pena discutir com as pessoas se nós não temos resposta, porque as pessoas irão dizer: *“Bom, mas vocês não fazem bem e estão-me a pedir o quê?”*.

A nossa ideia é sermos uma máquina muito eficiente e depois convencer as pessoas a fazerem a parte delas e depois disso iremos entrar na 2ª fase e fazermos o recrutamento de 4 fiscais. Depois entraremos na outra fase em que: *“nós estamos a fazer bem, as pessoas estão informadas e sabem o que fazer, não querem fazer e então temos que entrar noutras medidas”*, mas queremos deixar isso para a última fase. É este o nosso esforço em relação aos resíduos.

Em relação à água, só deixar aqui uma nota que tem que ver com os investimentos, nós tivemos agora a possibilidade de fazer um empréstimo de cerca de 5 milhões para a telegestão que é 1 milhão e tal e para a adutora da Bassaqueira, Pinhal de Negreiros, que é uma adutora essencial para garantir o abastecimento de água em Azeitão. Mas nós precisaríamos de mais, pelo menos já, cerca de 10 milhões para resolver um problema que vou ter de falar aqui e tem que ver com as vicissitudes decorrentes do apagão, que é, no fundo, garantir uma maior capacidade de reserva, que nos dê 3 dias de reserva de sustentação da água para toda a gente e isso implica investimentos que foram feitos há 50 anos, que não foram feitos durante a concessão e que temos que fazer agora, que é garantir capacidade de reserva.

A reserva que existe, neste momento, está dimensionada para metade da população que temos, portanto, o que obriga a uma bombagem permanente dos nossos sistemas de bombagem para encher os depósitos que esvaziam rapidamente, porque são demasiado pequenos. Nós precisávamos de depósitos de grande dimensão com reservas maiores para também descansar os sistemas de bombagem e o esforço elétrico que isso implica. Isto em relação aos sistemas de água.

Depois em relação à rede em baixa e à distribuição, quero dizer que a situação está a melhorar ligeiramente, mas não tanto quanto nós queríamos, até porque estamos a tentar perceber de onde é que vêm as fugas de água mais intensas. Nós temos fugas de água profundas e temos, neste momento, equipas e empresa a fazer essa deteção e a intervir nesse terreno e temos fugas de águas mais superficiais na rede de distribuição e nessa matéria, no caso de Azeitão, já vamos quase para 4 milhões de investimento.

As coisas estão a melhorar ligeiramente, mas o investimento tem de ir mais longe e já vamos na 5ª fase de intervenção nas diversas redes de abastecimento de Azeitão, mas, mesmo assim, é curto face à gravidade da situação que lá encontramos, mas estamos a trabalhar.

Em relação às perdas de água, há outros fatores a pesar, não é só as ruturas, são também os contadores que são velhíssimos e estamos a substituir ao ritmo de centenas por mês, porque senão é impossível manter a situação, há erros de leitura e também há desvios de água, há muita coisa e nós estamos a detetar isso e a intervir nisso para tentar corrigir essas matérias.

Quanto aos investimentos, é preciso ter em conta que nós, em termos de investimento do PPI, estamos a investir o que nunca se investiu na água e também nos resíduos. Temos uma dificuldade, é que os resíduos têm défice, apesar do aumento tarifário que a Câmara permitiu tem défice e tem um défice muito grande quer na exploração, quer também no investimento, porque os resíduos não produzem valor para o seu investimento e estamos a obrigar a desviar, no quadro da gestão integrada dos Serviços Municipalizados, dinheiro da água para os resíduos. Isto tem de parar, porque nós precisamos do dinheiro para tratar da água e temos de ver como é que isto depois se gere em sede de Câmara.

Em relação ao investimento que aqui foi referido no PPI, é preciso ter em conta que tudo o que foi comprometido equivale a 82% do investimento, é evidente que não foi todo faturado, transitou para o plano seguinte, mas de facto dos 5 milhões e 900 mil, quase 6 milhões, os 82% foi o prometido e transformado em

ação. Portanto, não são os 76 que aqui ficaram, porque transita para o ano seguinte a faturação, mas o facto é que foram comprometidos no ano 82% e não 76%.

Em relação às questões do PRR, não houve verbas para aqui do PRR, e mais, agora surgiu um programa que se chama “Água que une”, que é água que divide, porque para os municípios é zero e o que há é para a EPAL, e é para a alta e nada para a baixa. A preocupação com a baixa é de tal ordem que o projeto nacional “Água que une” não tem um cêntimo e nós já contestamos isso e exigimos que venham verbas, seja do fundo ambiental, seja dos fundos europeus para gerir a baixa que preocupa tanta gente.

No que respeita aos biorresíduos, nós estamos um patamar acima dos municípios aqui da região, menos um que o Seixal que está à nossa frente, mas o trabalho dos resíduos é um trabalho tremendo, tem que ver com aquilo que há pouco referi, primeiro temos de ter a nossa capacidade eficiente para as pessoas se convencerem que vale a pena fazer este trabalho.

Não vou entrar aqui numa discussão mais profunda sobre isto que daria outro tipo de conversa, mas é só deixar esta nota.

A AMARSUL não tem que ver com os Serviços Municipalizados, só fizemos uma referência. A AMARSUL está do lado da Câmara, o que nós dissemos é que a juntar ao défice na gestão há que ter em conta o défice que está a ser colocado na Câmara, portanto, os resíduos são um anacronismo brutal e tem de ser resolvido.

Nós descortinamos na AMARSUL, estimados amigos, os seguintes dados, a AMARSUL tem 3 milhões de lucros limpos, de acordo com as regras do contrato, no ano transato, tem na tarifa e isso equivale a qualquer coisa como 8 euros da tarifa dos 37 euros. Depois tem valores de contrapartida que não receberam e que mandaram para a tarifa, um assunto que é entre eles e o Estado e os embaladores e puseram lá 20 euros da tarifa. Tem nas suas contas, um estudo que podemos fornecer, valores absolutamente absurdos de fatores de produção de energia e de outros fatores acima do dobro, triplo de outras operações equivalentes e 4, 5, 6 vezes acima de operações de outras empresas da mesma dimensão. O que quer dizer que 30 a 40 euros era a tarifa justa para o tratamento dos resíduos e o resto são alcavalas que estamos todos a pagar e não estou a falar da TGR e nem estou a falar de outras coisas, estou a falar só da AMARSUL puro e duro. Isto está documentado, temos isso escrito, é possível perceber.

Neste sentido, decidimos colocar essa questão para se perceber, não porque tenhamos essa gestão, mas, porque assim percebe-se qual é o peso deste anacronismo que é a gestão dos resíduos e que nós temos mesmo que um dia fazer uma reflexão e tomar uma posição coletiva sobre isto que interessa, não só nós. Estive numa reunião nacional da Associação de Municípios em que todos os sistemas que têm EGF privada, todos sem exceção, estão contra e todos reclamam o regresso à gestão pública.

É espantoso, PS, PSD, independentes, todos estão a exigir esse regresso, portanto, não é uma questão ideológica, é uma questão de lógica financeira, de lógica social e de lógica de operação. Creio que isso é muito importante que seja resolvido.

Óleos usados, estamos a começar, não foi flop nenhum, têm de ver a bitola dos outros para se perceber, porque as coisas são sempre relativas. Não foi flop nenhum.

Em relação às questões da SIMARSUL, já agora aproveito para dizer que acho que fez muito bem chamar à colação, porque eu ia falar disto de qualquer maneira. A SIMARSUL tem connosco uma relação cordial, coisa que não tem a AMARSUL, que é uma relação violenta. A relação cordial da SIMARSUL não nos traz nada de especial a não ser a cordialidade, portanto, a SIMARSUL leva-nos, de facto, a um nosso maior responsável, é o nosso melhor prestador de serviço, a SIMARSUL não fez um cêntimo de investimento nestes anos todos e nós já pagamos 5 milhões, mais 5 milhões, é o que estamos a pagar por ano. Este ano é capaz de ser 6, porque entrou a chuva, também pagamos a chuva, que é uma coisa que eu estou profundamente em desacordo, mas que as regras dizem que temos que pagar. Se chover muito, pagamos mais, se chover pouco, pagamos menos.

Considero, pessoalmente, que não é aceitável que ao fim destes anos de estarmos na SIMARSUL, por imposição do Estado Central por lei específica, que desde que entramos em 2022, estamos em 2025, comece a haver investimentos em princípio em 2026, talvez em 2027 ou 2028. É inaceitável. Basta ler os documentos da SIMARSUL para perceber o ritmo que isto vai levar.

Nós estamos a pagar 5 milhões, metade é tratamento, metade é investimento, grosso modo. Olhando para o mercado, o que quer dizer 2 milhões e meio que estão a ir para investimentos da SIMARSUL ou para as despesas da SIMARSUL, em geral, mas que não tem nada a ver com Setúbal, onde a SIMARSUL não investiu nunca um cêntimo, apesar de sermos acionistas desde o início. É um problema que estamos a discutir com a SIMARSUL, e esta questão tem que ser resolvida, porque não é aceitável, não vale a pena, e não é pela relação cordial que a situação se resolve, é pelo serviço realmente prestado à população de Setúbal que paga este dinheiro à SIMARSUL e que tem que ser servida com aquilo que é necessário, designadamente o investimento nos elevatórios, o investimento nas condutas em alta e também a intervenção nas ETAR's, etc., que tem que ser resolvido. Esta é a situação, não há aqui nada escondido, nem nenhuma reserva, nem nenhum tratamento especial em relação à SIMARSUL.

Em relação ao absentismo, só chamar a atenção que, por vezes, basta um trabalhador ter uma situação prolongada para desequilibrar completamente a questão do absentismo. Não temos um absentismo anormal, pelo contrário, está dentro das bitolas habituais, portanto, tem a flutuação, basta um ou dois trabalhadores ter algo prolongado que desequilibra tudo. Creio que não há nenhum problema especial de absentismo, não se preocupe com isso, senhor deputado.

No que respeita às dívidas, nós estamos a pagar a tempo e horas, não vejo qualquer problema, tomara muitas outras organizações terem essa situação, por aí não vejo nenhuma dificuldade.

Depois, aqui em relação à reunião da Comissão, nós soubemos da reunião da Comissão às 18h30 e a reunião era às 19h00 e nessa altura não foi possível vir ninguém, não sei o que é que se passou, mas foi assim que aconteceu. Chegou um e-mail às 16h30, o Secretariado às 18h30 foi ver os e-mails do dia e às 18h30 tentou que viesse alguém e estava tudo comprometido, visto que ninguém tinha essa reunião marcada. Não foi nenhuma falta de respeito, foi uma falha de comunicação qualquer que acabou por não funcionar.

Em relação às questões assim mais gordas, eu acho que as questões estão respondidas.

No que diz respeito às operações, gostaria só de ressaltar que tivemos um resultado positivo interessante na água, um resultado negativo pesado nos resíduos e um resultado, apesar de tudo, interessante no saneamento ao contrário do ano passado em que a coisa correu pior.

Qual é a nossa aposta? É continuar a investir, tentar recuperar o tempo perdido e tentar garantir que este Município tenha um serviço de excelência, quer de água, quer de resíduos e que os Serviços Municipalizados com os seus meios próprios e com o apoio de financiamento para as suas obras mais relevantes tenha todas as condições para ser um serviço de excelência.

Nós temos conversado com os outros colegas que fizeram o regresso da água e, neste momento, fizeram o regresso da água Mafra antes de nós, depois de nós, Paredes e Batalha. Engraçado, PSD, CDU, PS e Independentes para quem diz que isto é uma questão ideológica, estamos conversados, só mesmo situações que eu não conheça, situações em pormenor dos outros colegas, à exceção da situação de Mafra que tive conhecimento e um contacto mais direto. De qualquer maneira, acho muito interessante esse processo. Dizer que aquilo que nós fizemos aqui continua a ser uma recomendação internacional da ONU, que diz que para garantir acessibilidade e o acesso ao direito humano fundamental, que é o direito à água, a água deve ser gerida publicamente e nós estamos alinhados com o pensamento internacional e estamos alinhados com esta preocupação.

Neste momento, regressaram à gestão pública, no mundo inteiro, quase mil operações de cidades gigantescas e há mais 600 e tal, quase 700 novas organizações públicas criadas para gerir a água.

É só para deixar esta nota, porque me parece que esse esforço está a ser feito e é um esforço que vale a pena em prol dos munícipes.

Em relação aos serviços, como disse no início, com esta informação que aqui temos cria condições para que seja quem for, desde que esteja interessado em servir a população de Setúbal e dar o seu contributo, possa servir o melhor possível.

Presidente da Câmara – Eu creio que o assunto foi suficientemente debatido com a informação alargada e que as posições da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, o interesse público aqui foi bem justificado e, portanto, não acrescentava mais e teremos outras oportunidades para falar sobre esta matéria no desenvolvimento do nosso trabalho.

Manuel Fernandes (PS) – Senhor Presidente, eu não tinha intenção de intervir neste ponto, mas cada vez que se fala no assunto da água, o senhor vereador Carlos Rabaçal, que normalmente é quem tem esta matéria, puxa sempre os galões da água como um bem público, sendo isso como se fosse uma exclusividade da CDU ou do executivo comunista.

Em primeiro lugar devo dizer que o Partido Socialista não só se colocou a par desta decisão, quando ela foi tomada no seu devido lugar, como cooperou para que ela fosse bem aplicada na altura da transição. Recordamos todos aqui a intervenção do senhor vereador Fernando José, que, enquanto vereador da oposição, não deixou de ter uma voz ativa e uma ação bastante interventiva no sentido de levar a bom termo a transição do setor privado da concessão das Águas do Sado para os Serviços Municipalizados. É bom que isso fique devidamente esclarecido.

Em segundo lugar, senhor vereador, devo dizer que abominar, diabolizar as Águas do Sado, também, já não lhe fica bem, porque aqueles que mais beneficiaram do contrato de concessão com as Águas do Sado foram os executivos da CDU, que durante 25 anos, 24 para ser mais preciso, geriram o contrato de concessão e tiveram a oportunidade, aliás, tiveram 30 milhões de oportunidades para poder renunciar, denunciar, renegociar, etc., e nada fizeram. Aliás, até ajudou bastante, ajudou, por exemplo, para que os proveitos em termos de receitas financeiras servissem para financiar tudo e mais alguma coisa, menos a rede de distribuição de água e a qualidade da água. Isso sim, serviu.

Serviu, por exemplo, para a ex-presidente que Vossa Excelência aqui defendeu sempre durante os 16 anos que esteve a seu lado. Esses proveitos serviam, por exemplo, para pagar ou para fazer face a investimentos que nada tinham a ver com a rede de distribuição de água ou com a sua qualidade. Isso já serviu e nós ficámos a saber e o senhor vereador também sabe que nós ficamos a saber. Portanto, senhor vereador, tudo aquilo que aqui diz, diabolizando o contrato de concessão das Águas do Sado só há um responsável senhor vereador, é o executivo da CDU.

Simão Calixto (CDU) – Só para fazer notar o quão lamentável foi esta intervenção do Manuel Fernandes, é que o PS foi mesmo o responsável pela concessão às Águas do Sado, foi mesmo responsável pelos 25 anos de atraso que este concelho tem no desenvolvimento das redes de água e saneamento. A culpa foi do PS e nós resolvemos e estão aqui os homens e as mulheres que resolveram e estão ali os outros três que são do Conselho de Administração e nenhum deles é membro do PS.

Mário Aranha (PS) – Três notas muito breves, primeira, ainda fico mais preocupado em saber aqui que, pelos vistos, as contas da AMARSUL têm problemas graves, nomeadamente de subfaturações de energias que são o dobro, o triplo ou o quádruplo. Não estou a pôr em causa as palavras do senhor vereador, bem pelo contrário, mas isso tem de ter consequências para a AMARSUL e nomeadamente os autarcas têm de tirar isso a limpo, porque parece-me bastante grave.

Elogiar, devido ao relatório, que pela primeira vez vejo o nosso vereador Carlos Rabaçal preocupado com a SIMARSUL, nunca o tínhamos visto, hoje pela primeira vez teve uma intervenção veemente e a colocar os pontos nos is.

Ainda bem que esta minha intervenção, a nossa intervenção do Partido Socialista fez com que o vereador, não estou a dizer que acordou para a vida, mas, finalmente, tomasse uma posição pública com alguma circunstância.

Só mesmo para terminar, Simão Calixto, 16 milhões de euros deram muito jeito.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pintes-Alto da Guerra) – Os 16 milhões de euros deram muito jeito, mas 17 milhões e meio de euros ao último mandato do Partido Socialista, em 3 anos, também deu muito jeito. São factos e não os podemos negar.

No último mandato do Partido Socialista e, por exemplo, em relação à nossa freguesia, houve zero de investimento e quando se recebe 17 milhões e meio de euros nos primeiros 3 anos, os senhores não venham com filosofia que depois a seguir nós podemos mandar os outros à vida e que não acontece nada. Senhores deputados, é bom termos a noção disso.

Já agora dizer aqui outra coisa em relação à AMARSUL, quando falamos que existe uma pouca percentagem de reciclagem, a AMARSUL é a menos interessada em reciclar. Porquê? Porque vende o vidro ou o cartão a 16 ou 17 cêntimos e cobra o lixo indiferenciado a setenta e tal euros a tonelada.

A verdade é esta, é a gestão privada com o único objetivo do lucro. É bom meter-se o dedo na ferida, porque se ainda dissessem que eles estavam a fazer isto com o objetivo de investir em novos modelos para que nos garantirem um futuro melhor... Onde é que estão os investimentos? Temos a central completamente sobrecarregada, não se sabe o que é que se vai fazer ao lixo no futuro. Isto é aquilo que aconteceu com a gestão privada da SIMARSUL. Podemos vir para aqui dizer que a Câmara Municipal tem 10%, os municípios têm zero de decisão no Conselho de Administração e que a Administração é privada, mas o PSD/CDS privatizou a AMARSUL e o Partido Socialista nada fez para que a AMARSUL voltasse à esfera pública.

Foi privatizada contra a vontade dos municípios, é bom ter isto bem presente e se não se resolver isto, não só o Município de Setúbal, mas muitos outros municípios, cada vez mais, vão entrar num poço sem fundo. É bom termos a noção destas situações.

Eu vejo, por exemplo, que muitas das vezes as coisas são metidas de uma forma desordenada, na nossa freguesia inicialmente havia uma dificuldade tremenda para se colocarem ecopontos ou para se colocar um vidrão, de um dia para a noite houve reuniões para se colocarem 5 vidrões, parte deles ao fim de 2 anos nem estão a meio sequer. Há aqui um conjunto de coisas e não vale a pena estarmos aqui a atirar pedras uns aos outros, devíamos-nos unir-nos todos e trazer a AMARSUL para a esfera pública.

Vereador Carlos Rabaçal – Obrigado Luís Custódio, porque poupou-me a uma trabalhadeira, acho que devíamos regressar a uma Assembleia Municipal dentro de algum tempo com os estudos existentes na AML e na AMRS e conversar sobre a AMARSUL e tomar uma posição clara sobre isto no interesse dos nossos municípios.

Mas não quero discutir a AMARSUL, o que está aqui em discussão é o Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados e quero dizer que houve aqui uma confusão qualquer, porque eu disse que o regresso das águas foi feito por municípios do PSD, da CDU, do PS e dos independentes, logo não é uma questão ideológica, é uma questão de lógica. Eu disse isso, e acho que fui claro nisso e é muito importante.

Outra questão, não tenho nada contra os privados, tenho uma admiração profunda pelos privados que lutam pelo seu produto, para colocar o seu produto, para vender o seu produto, para ter os seus lucros para pagar aos seus trabalhadores e aqui não é nada disto, aqui o produto é-lhes oferecido pelos municípios, eles estão sentados na cadeira a receber o dinheiro e a ter os lucros e nós todos a pagar desnecessariamente. Portanto, atenção a esta questão.

Também não quero discutir as Águas do Sado, hoje já discutimos muito isso e sobre as Águas do Sado só quero dizer duas coisas, a primeira é que há um tribunal arbitral que está em curso e que até dia 23 de maio vai tomar uma decisão. Vamos avaliar o que é que se passa e nós fizemos esse movimento, demorou mais do que estava previsto, está em discussão 28 milhões de dívida, visto que, entretanto, pagaram, distraíram-se e pagaram 2 milhões dos 30 milhões, foi uma coisa engraçada. De qualquer maneira estão 28 milhões em dívida e o que é um facto é que nós acionámos a garantia bancária e agora há uma diferença a acertar, o tribunal vai decidir o que entender, nós temos a ideia que a prova que fizemos é muito forte, mas o tribunal é que vai decidir.

Ainda sobre as águas, só dar nota de uma vitória estrondosa do nosso município, que tem que ver com a questão do acesso aos contratos dos fins de gestão. Nós pedimos os contratos e eles não nos deram, nós fomos à CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos) que analisou o processo e disse que

eles tinham de nos entregar em 10 dias estes documentos. São documentos que permitem transferir dinheiro para os acionistas. Eles não nos entregaram, nós recorremos para o Tribunal de Almada que nos deu razão e disse-nos que eles tinham de nos dar em 10 dias estes documentos. Depois eles recorreram para o Tribunal do Sul e o Tribunal da região Sul disse que eles não tinham nada que dar, que eram documentos privativos entre eles e os acionistas, que é o critério que tem sido adotado nos últimos 40 anos em relação a estas matérias das concessões.

Então, nós recorremos para o Supremo Tribunal Administrativo. O Supremo tem duas equipas, uma que acolhe, aceita ou não aceita, e uma que decide, eles aceitaram os nossos argumentos e a equipa que decidiu, decidiu a nosso favor e disse que eles tinham de nos entregar em 10 dias.

Mesmo assim eles ainda recorreram e disseram que o Supremo tinha interpretado mal a lei, tinha de corrigir a sua leitura da lei e o Supremo respondeu-lhes e manteve a sua posição de eles terem que nos o entregar os documentos. E, finalmente, entregaram os documentos.

Porque é que as Águas do Sado chegaram ao ponto de quase insultar o Supremo Tribunal Administrativo? Porque queriam impedir que esses documentos fossem entregues ao Tribunal Arbitral como prova do comportamento deles. Porquê? Porque esses documentos mostram como eles desviaram fundos daquela organização. Então esses documentos deram entrada no Arbitral, já não como prova, mas como informação ao tribunal que não pode deixar de ter em conta essa informação.

É só para terem uma ideia, por um lado, de como as coisas funcionam e depois qual foi o resultado dessa decisão do Supremo Tribunal? A partir daquele dia em todo o país, em todas as concessões, os contratos dos acionistas com as suas empresas concessionárias que envolvam exclusivamente de dinheiros públicos, porque são públicos e jamais podem esconder em qualquer concessão deste país.

Foi uma vitória estrondosa que alterou o paradigma da leitura jurídica destes processos e que vai dar origem a um livro do processo de trabalho que foi desenvolvido aqui. Para nós foi uma vitória muito importante para a nossa persistência de luta que tivemos e pelo gabinete que trabalhou connosco. Não vou fazer publicidade barata, foi o gabinete Pena Arnaut que trabalhou connosco e que fez um trabalho absolutamente excepcional.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

3. Delib. CM n.º 15/2025/AM – Delib. CM n.º 58/2025 – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua da Vontade, em Setúbal

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e PPD/PSD e as abstenções do PS, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Mariana Crespo (PAN) – Apenas uma questão que eu tentei colocar em reunião de Comissão, mas depois não foi possível esclarecer. É um pormenor, há um parágrafo que diz que *“O requerente propõe-se com a ampliação da moradia e anexos, estabilizar o talude e arranjo da zona confinante a poente, através da criação de passeio e de três lugares de estacionamento público, protegido por muro de betão armado, obra de responsabilidade do Município.”*. Fica a meu ver pouco claro, exatamente quais é que serão as atribuições deste proprietário e o que é que ficará na responsabilidade do Município, nomeadamente aqui estas questões do passeio e dos lugares de estacionamento público. Se puder fazer esse esclarecimento, agradecia.

Vereadora Rita Carvalho – Caberá ao requerente a execução do projeto que está desenhado na página anexa à avaliação, que representa o muro de suporte e a contenção que é necessário fazer para a estabilização daquele declive.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e duas abstenções, uma do CH e uma da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

4. Deliberação n.º 16/2025/AM – Delib. CM n.º 205/2025 – Estatuto remuneratório e despesas de representação do cargo de coordenador Municipal de Proteção Civil

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS e CH, e as abstenções do PPD/PSD, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 17 da CDU e 10 do PS, 1 do CH e 1 do PAN, e 8 abstenções, 6 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

5. Deliberação n.º 17/2025/AM – Delib. CM n.º 164/2025 – Plano Municipal de Ação Climática de Setúbal

Rui Lamim (PSD) – A Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PPD/PSD e BE, e as abstenções do PS, CH, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

Foi colocada à votação uma proposta do Bloco de Esquerda, a qual foi aprovada por unanimidade, que visa o acompanhamento da execução, por parte desta comissão, do Plano Municipal de Ação Climática de Setúbal, desde a sua implementação, com possível continuidade no próximo mandato.

Presidente da Mesa – Nós temos uma proposta de deliberação em apreciação e temos, da parte da comissão, a manifestação de uma intenção. Claro que essa incumbência da comissão terá de ser dada pelo plenário da Assembleia, mas parece que o acompanhamento do Plano de Ação Climática obrigatoriamente tem que ir sendo acompanhado pela própria comissão.

Não nos custa, com certeza, e passa a haver uma estrutura de gestão da Ação Climática na área da educação que acompanha também a Carta Educativa, como noutras áreas. É uma função natural, mas que a Assembleia adota esta recomendação vinda da própria comissão e que, também, não parece nada demais.

Se o entenderem, com a nossa deliberação, se for de aprovação é evidente, e se não houver objeções, ela implica um mandato à comissão de acompanhar este instrumento de gestão ambiental.

Rui Lamim (PSD) – Se me permite, para ficar formalizado e para dar força a esta deliberação, a este acompanhamento por esta comissão, era mesmo bom que esta proposta fosse aqui, se não apreciada, pelo menos votada.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal reconhece plenamente a importância do combate às alterações climáticas, este é um desafio da nossa geração e da próxima e deve ser encarado com seriedade, rigor e responsabilidade.

Por isso valorizamos que a Câmara Municipal tenha promovido uma consulta pública participada, permitindo que os cidadãos de Setúbal contribuíssem ativamente para o Plano Municipal de Ação Climática.

Este é um sinal positivo e de abertura de descentralização que saudamos. No entanto, é precisamente, porque levamos o tema muito a sério que não podemos aceitar que este plano se limita a cumprir calendário ou gerar boas intenções sem resultados concretos.

Este documento apresenta-nos mais de 100 medidas, mas falha gravemente em alguns aspetos essenciais. Muitas medidas são vagas ou difíceis de quantificar, por exemplo, fala-se da implementação de zonas de acesso automóvel condicionado, mas sem especificar qual o impacto esperado na redução de emissões de CO₂, na melhora da qualidade do ar ou sequer nas dinâmicas do comércio local.

O plano não apresenta metas claras e quantificadas, não define objetivos de redução de emissões de carbono, nem estabelece prazos concretos para a implementação das medidas propostas. Sem metas e prazos eu questiono como podemos avaliar o sucesso ou insucesso destas políticas. E mais grave ainda, o plano não apresenta qualquer estimativa de custos por medida ou pelo menos uma avaliação do esforço financeiro necessário.

É difícil votar favoravelmente as medidas públicas sem saber quanto custam, que impacto terão e como se pretende medir o seu sucesso.

A Iniciativa Liberal defende a ação climática séria, eficaz e transparente baseada em dados, em metas e em resultados, não basta listar intenções, é preciso medir responsabilidade e executar com rigor. Setúbal merece mais do que planos vagos e sem orçamento, merece ação climática concreta, eficiente e livre de burocracias estéreis, e, por isso tudo iremo-nos abster nesta votação.

Maria João Palma (PS) – O Plano de Ação Climática do nosso Município representa uma indispensável abordagem local às alterações climáticas, no entanto, identificámos assinaláveis limitações e desafios a considerar, nomeadamente:

● **Ausência de indicadores de monitorização**

Embora o PMAC proponha um elevado número de medidas até 2030, há uma carência de indicadores claros para monitorizar o progresso dessas mesmas ações. A falta de mecanismos robustos de avaliação pode dificultar a medição de eficácia das iniciativas e a realização de ajustes necessários ao longo do tempo.

● **O desconhecimento sobre as metas climáticas anteriores**

Em 2022, questionado sobre o cumprimento de metas de redução de 20% das emissões de CO₂, até 2020, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal admitiu não saber se a meta foi alcançada. Nem o senhor, nem eu, nem os setubalenses.

Essa desinformação manifesta falta de transparência e de acompanhamento das metas anteriores, levando-nos a preocupações sobre a verdadeira vontade e compromisso e também a capacidade de avaliação do Município relativamente ao cumprimento de metas.

● **Potencial dependência de financiamentos externos**

A implementação de várias medidas do PMAC depende da obtenção de financiamentos externos e essas dependências podem atrasar ou até comprometer a execução das ações planeadas, especialmente se os recursos não forem assegurados em tempo útil.

● **Participação pública limitada**

Embora o plano tenha passado por uma fase de consulta, prazo esse alargado por proposta do PS, há evidências de que a participação da comunidade foi ainda assim limitada face ao desejável, não estando contemplada, mesmo assim, uma maior diversidade de contributos da Academia e de académicos, nomeadamente por parte do IPS – Instituto Politécnico de Setúbal.

Uma maior inclusão e envolvimento dos cidadãos, das entidades com especialidades são essenciais para garantir que as propostas atendam efetivamente às necessidades locais diagnosticadas e contem com a corresponsabilidade da população, inclusive, de todos os partidos com representação nesta Assembleia Municipal.

Na opinião da bancada do Partido Socialista, o Plano de Ação Climática deveria inovar nos seguintes princípios norteadores:

- Numa justiça climática e social para proteger os mais vulneráveis às mudanças climáticas;
- Promover verdadeiramente uma democracia participativa com a elaboração e execução de um plano ainda mais divulgado e solicitado a participação popular e institucional;
- Acelerar a transição ecológica justa com geração de empregos verdes, inclusão de trabalhadores e projetos das novas economias sustentáveis:
- A imperiosa defesa dos bens comuns, água, ar, terra, biodiversidade como direitos e não como meras mercadorias;
- E, finalmente, a promoção de políticas municipais de lixo zero, incentivo à captação de água da chuva e outras campanhas permanentes e não apenas pontuais para a celebração de dias comemorativos, para uma verdadeira consciencialização sobre as mudanças climáticas e as suas consequências.

A bancada do Partido Socialista desejava e contribuiu para que o PMAC se consolidasse como um instrumento verdadeiramente estruturante e exemplar no combate da crise climática promovendo simultaneamente a justiça social.

O concelho que ambicionamos deve ser mais verde e mais justo, construído com a participação de todas e de todos, contudo, o documento apresentado revela-se aquém das exigências do momento e do futuro pautado por uma preocupante falta de ambição, visão estratégica e de compromisso transformador.

Ana Rita Drouillet (CDU) – Em primeiro lugar, a bancada da CDU quer saudar o esforço colossal que foi feito para a criação do Plano Municipal de Ação Climática que decorrendo de uma obrigação legal dos municípios, hoje em dia se inscreve num dos 42 municípios a nível nacional de planeamento em matéria de ação climática que responde às adaptações e alterações climáticas, estratégias de energia, compromisso de neutralidade carbónica, estratégia pela neutralidade carbónica e Plano Municipal da Ação Climática.

Apesar, de o documento ser extenso, nós consideramos que ele está extremamente bem organizado, porque ele define-se em sete eixos com metas bastante claras e definidas e que permitem uma operacionalidade que realmente é compreensível para quem o lê. E friso esta parte do para quem o lê.

Também dizer que é com alguma estupefação que oiço a bancada do Partido Socialista vir aqui dizer que isto não foi amplamente debatido. O período de consulta pública foi alargado, esteve 5 meses a consulta pública, esteve disponível em todos os edifícios municipais e em todas as juntas de freguesia, foi levado às jornadas do Ambiente, ao Conselho Municipal do Ambiente, a três sessões públicas descentralizadas, portanto, só não participou quem não quis. Prova disso é que houve membros da Assembleia Municipal, que a título individual, mas também aí título coletivo, que contribuíram largamente para estas propostas, tal como associações e cidadãos comuns.

Foram acolhidas 202 propostas e analisadas, das quais 126 foram plenamente acolhidas, umas completamente novas e outras que já estavam contempladas, mas que foram adaptadas. Realmente é a crítica barata, à qual nós já temos sido habituados ultimamente.

A bancada da CDU vai, obviamente, acompanhar e agradece o trabalho e todo o esforço que foi desenvolvido pelo Município para este plano que, de resto, nos vai acompanhar até ao fim da década.

Maria João Palma (PS) – Curiosamente, é um tiro no pé em causa própria, porque se houve alguém que deu contributos para este plano foi precisamente a bancada do Partido Socialista, não só por via dos seus vereadores, mas também através da deputada, Maria João Palma nesta assembleia, da deputada Eunice Pratas e do deputado Mário Aranha. Se houve quem realmente quisesse que este plano fosse melhorado com os nossos contributos, fomos nós e não nos revemos na crítica que é feita pela senhora deputada.

Ainda assim, eu como deputada municipal, não vi isto em qualquer meio de comunicação social aberta à população em geral, que não numa redoma que lida com as questões políticas, nomeadamente deputados municipais, pessoas que frequentam as freguesias ou os edifícios municipais.

Se queremos realmente que haja uma participação efetiva de toda a gente, então temos que fazer chegar o convite, também, a outras entidades, nomeadamente ao IPS e, neste caso, é uma camada Académica que pode perfeitamente dar os seus contributos e melhorar aquilo que é um plano que melhora a qualidade de vida de todos os setubalenses sem exceção.

Vítor Rosa (BE) – Portugal é dos países europeus onde os efeitos das alterações climáticas serão mais passivos, fenómenos climáticos extremos, diminuição da precipitação e aumento das temperaturas médias, pelo que é urgente implementar políticas e medidas de ação climática.

A Lei de Bases do Clima, a Lei 98/2021, veio consolidar metas nacionais para a redução das emissões de gases de efeito estufa e de absorção pelas florestas portuguesas de dióxido de carbono e também estabeleceu direitos, deveres e obrigações em matéria de ação climática para os diferentes níveis de governação, para além de planos regionais da ação climática a desenvolver pelas CCDR, como aos municípios a elaboração até fevereiro de 2024 de planos municipais da ação climática. Mas mais de 2 anos, após a entrada em vigor da Lei de Bases do Clima ainda não é significativo o número de municípios que aprovaram o seu PMAC.

A elaboração deste novo instrumento de política climática, é um plano que servirá nos próximos tempos de referência para o nosso município relativamente à ação climática. Tem, obviamente, as suas limitações, as suas lacunas, mas serve de bússola àquilo que deve ser um Plano Municipal de Ação Climática.

Pela sua complexidade, em Assembleia Municipal de junho de 2024, alertávamos a recomendação apresentada e rejeitada para a necessidade de aprofundamento deste plano e o tempo veio-nos dar razão. Dado que desde a sua elaboração, em maio de 2024 até à sua aprovação hoje aqui, passado 9 meses, revela que foi necessário esse debate, a aceitação de propostas e sugestões várias que foram dadas. A recomendação por nós proposta e aprovada em sede de Comissão de Ambiente, e penso que será ratificada nesta Assembleia, para que a mesma faça o seu acompanhamento e fiscalização durante o resto deste mandato e que em posteriores mandatos essa recomendação possa ser reanalisada, demonstre o nosso compromisso com este plano, mas também o compromisso de que o mesmo deve ser constantemente alvo de apreciação e de melhoramentos.

Mariana Crespo (PAN) – O PAN reconhece a importância de o Município de Setúbal ter finalmente elaborado o Plano Municipal de Ação Climática para 2025, alinhando-se com as metas nacionais e europeias de neutralidade carbónica. No entanto, após análise do documento, preocupa-nos que, embora o plano estabeleça a meta de redução de CO2 até 2030, não há uma divisão clara dessa meta por setores específicos, como os transportes, os edifícios, os resíduos, a agricultura, o que dificulta a atribuição de responsabilidades bem como a monitorização do progresso em cada área.

Preocupa-nos que pareça existir uma ausência de mecanismos para monitorizar e avaliar continuamente a implementação das medidas propostas, o que significa que se pode tornar um desafio ajustar as estratégias, conforme necessário e garantir a eficácia das ações ao longo do tempo.

Apesar de mencionar a importância da participação da comunidade, o plano não detalha processos claros e acessíveis para envolver os cidadãos nas decisões de ações climáticas, algo que sabemos que é crucial para o sucesso de qualquer plano climático.

Preocupa-nos o plano indicar que muitas das ações propostas dependem de financiamento externo, entre os quais fundos da União Europeia, o que pode atrasar a implementação de medidas essenciais, especialmente em períodos de mudanças nas políticas de financiamento.

Quanto às medidas específicas, preocupa-nos, em particular, que na medida EA 9 e a única referente ao bem-estar animal, continuem a ser ignoradas as recomendações aprovadas por maioria em Assembleia Municipal referentes à necessidade de proceder à recolha, esterilização e encaminhamento para o CROAC das colónias de gatos residentes na Serra da Arrábida, que além de se encontrarem em perigo de doença e de vida, constituem também uma ameaça à biodiversidade, bem como a recomendação, também, aprovada por maioria em Assembleia Municipal pela utilização de fogos de artifício silenciosos.

Consideramos que o Plano Municipal de Ação Climática de Setúbal para 2025 necessita, ainda, de inclusão de metas mais claras, integração da gestão da biodiversidade, definição de mecanismos de financiamento e promoção de uma participação pública efetiva, motivo pelo qual nos iremos abster na presente votação.

Ana Rita Drouillet (CDU) – Relativamente à questão, ainda, da participação, como disse há pouco, foram recebidas 202 propostas, provavelmente será dos projetos autárquicos aquele que foi o mais participado nos últimos anos.

Efetivamente, saudar as pessoas que decidiram participar e frisar que se o Instituto Politécnico de Setúbal não participou foi por que não desejou, não foi por falta de convite. Deve ter aqui, talvez, uma confusão de comunicação.

Relativamente à divulgação do documento, como também já foi dito, foi amplamente divulgado, não é por não aparecer nos feeds do Facebook que as coisas não existem, há mais mundo para além das redes sociais. Não foram 202 contributos de deputados municipais, nem de pessoas envolvidas na política, bastaria terem consultado corretamente o relatório que tem lá os quadros com as contribuições, quem as fez, quais os motivos, se foram aceites parcialmente ou totalmente e quando foram recusados e porque é que foram recusados.

Aqueles que foram recusados, foi porque não eram desta jurisdição. Muitas vezes tinham que ver com a Carris Metropolitana e com outras temáticas que não se prendiam com o Plano Municipal de Ação Climática. Foram essas as únicas razões que levaram à recusa de alguns e não a questões de cariz político, como alguns querem insinuar.

Presidente da Mesa – Nós estamos já a discutir quem fez o quê, se fez bem ou fez mal, mais do que o próprio plano. Já não se está a discutir o plano e o documento é que é o objeto da nossa deliberação.

Paulo Lopes (PS) – Senhor Presidente, peço desculpa, a intervenção da bancada foi a discutir o conteúdo, como o PAN e afins.

Eunice Pratas (PS) – O Plano Municipal de Ação Climática, acho que é um documento em que todas as bancadas concordam com a sua importância, até porque nós temos testemunhado que o clima tem vindo a mudar e é isso que deve ser o objetivo do plano.

O objetivo do Programa Municipal de Ação Climática não é só falar do meio ambiente e sustentabilidade, mas como podemos contornar e viver com eventos extremos meteorológicos. Fizemos bem ter outros parâmetros e medidas de sustentabilidade e de causa animal, mas há aqui coisas que me meteram confusão na leitura deste relatório e que já foi explanado aqui por deputados municipais, nomeadamente o objetivo da redução de cerca de 420 mil toneladas de dióxido de carbono. Basicamente é uma medida que mede a emissão dos gases de efeito estufa.

Nós assumimos que queremos reduzir 97 mil até 2030, mas depois a meio do documento já vemos que queremos reduzir 77 mil, mas depois mais à frente vemos que em 2028 queremos reduzir 73%, como e quando, também ninguém sabe.

Falamos de um investimento de 32 milhões e 200 mil euros, dividimos esse investimento em eixos de operacionalização, dividimos com umas contas muito certas, mas quanto esta medida vai custar? E como vão ser aplicadas? Como vamos avaliar a nível orçamental e o impacto da medição dos gases de efeito estufa e as emissões? Ninguém nos diz.

Em termos do relatório científico das medidas que são apresentadas e do diagnóstico, está perfeito cientificamente. Depois as medidas para colmatar os diagnósticos que o relatório faz dos sintomas, não temos nenhum, temos medidas, mas quais os sintomas e as regiões que eles vão colmatar não está esclarecido.

Em relação aos parques urbanos que aqui ouvimos falar várias vezes, o Parque da Várzea descobri agora que ia 19 hectares, se calhar, distraída não vi as redes sociais dos municípios, nem os editais, e no relatório diz que vai ter 19 hectares. Vi, também, que o Parque da Quinta da Amizade que ia ter 4 hectares e que em 2028/2030 vai ser um parque agroecológico com 19 hectares, está aqui na página duzentos e tal do relatório.

As espécies que vai ter, as sombras dos refúgios climáticos dizem que o objetivo da mitigação, também não esclarece, porque já ouvi dizer que o Parque Verde da Quinta da Amizade ia ter laranjeiras ou chorões e que eu saiba essas espécies nem são endémicas e nem têm um grande impacto de mitigação ou de captação de carbono, que é o principal de um Plano Municipal de Ação Climática.

Falamos das medidas do orçamento e a maior parte delas vem do orçamento municipal e só algumas delas, 38%, admitem que vem do PRR. Fico aqui com bastantes dúvidas que gostava que fossem retiradas. Por exemplo, há duas medidas que dizem que vamos falar das medidas de captação de carbono e de mitigação dos efeitos climáticos. Na página 430 do pdf, “Distribuição de ímans”, gostava de saber o que é que esta medida faz de captação de carbono em termos de sustentabilidade ambiental?

Na página 433 diz o seguinte, “Através da implementação desta aplicação móvel e com base no Google Maps vamos medir a distância a pé”, o Google Maps já faz isto, nós não precisamos de gastar dinheiro numa aplicação.

Falámos aqui, também, que há certas medidas que não foram acolhidas totalmente, porque falava da Carris Metropolitana. Nós temos aqui medidas que fala da TML e da AML e até temos uma medida em que vai haver um Parque Intermunicipal em Azeitão com corredor verde, então se há medidas que foram acolhidas totalmente não dá para a Carris, porque é que a Área Metropolitana de Lisboa e a Carris, quando são medidas camarárias já dá?

Outra questão que eu gostava de saber, é que muitas destas medidas vão só começar a serem aplicadas em 2028 e ainda há uma outra medida que me causou confusão, que é o estacionamento tarifado. Nós falamos que temos de revogar o contrato com a DATAREDE ou regularizá-lo, mas depois admitimos aqui no relatório que o estacionamento tarifado está certo, porque vai permitir que haja zonas de emissão reduzida de carbono. Nós temos de esclarecer quais as medidas que pomos, à segunda e à quarta não podemos defender uma coisa e à terça e quinta defender outra coisa, temos de ver o que é que defendemos durante a semana. Porque há aqui uma questão, muitas das medidas vão ser só aplicadas a partir de 2026, 2027 e 2028, o que me traz aqui uma grande questão, ou a CDU não tem interesse em aplicar estas medidas que aqui estão no relatório, ou então sabe que a partir de setembro já não está cá no executivo.

Rui Lamim (PSD) – Já agora as palavras sobre aqui este plano, que é um plano de grande abrangência nas áreas que contém, mas queremos que seja adequado para este momento de lançamento. Incluí as propostas que fizemos aqui nesta Assembleia e outras e de muitas outras pessoas. Teve um período de debate mais que alargado, o suficiente para que possa ter recebido os contributos e chegar a um estado de maturidade para uma primeira versão, para um primeiro plano e nós achamos que está adequado.

Apenas uma nota pessoal relativamente aos contributos, houve um contributo que eu tentei incluir, que não foi acolhido, mas não tem grande drama, porque talvez o possa ser numa revisão posterior. Não foi acolhido, porque não houve atração à ideia e a ideia era tentar promover um pensamento acerca da proteção sobre erosão costeira das praias da Arrábida. Talvez numa próxima revisão do plano este tema possa ser abordado. De qualquer forma, tem um conjunto grande de medidas, como disse, tem uma abrangência suficientemente lata para ser implementado e inclui algumas medidas já concretas, como, por exemplo, aquilo que nós referimos no ponto um desta Assembleia Municipal, que tem a ver com o Plano Municipal de Arborização que deverá ser elaborado ainda este ano de 2025. É uma medida concreta que nós aqui aprovámos como recomendação ao executivo para que o plano saia, efetivamente, com as normas e o regulamento em 2025. Pelo que este documento merece, efetivamente, a nossa aprovação.

Presidente da Câmara – Eu acho que o executivo municipal, a Câmara e a Assembleia Municipal, deram bons contributos para a elaboração do Plano Municipal de Ação Climática de Setúbal. Como já foi dito, houve um dobrar do tempo da participação pública e nós não podemos é exigir às pessoas para participar na discussão pública. Isso não podemos fazer. Agora, prolongámos pelo dobro do tempo, porque a discussão pública caía no período do verão e prolongámos por mais 2 meses a discussão pública.

Acho que estas medidas demonstram bem o empenhamento que o executivo teve, no sentido de que houvesse a maior contribuição e a maior participação. Além disso, promovemos as reuniões nas várias freguesias do concelho com a participação bem interessante, com muitos contributos, gente devidamente empenhada e alguns eleitos aqui nos órgãos autárquicos.

Senhoras e senhores deputados municipais, um plano municipal, não é um resultado acabado, tem objetivos, tem medidas, que com os contributos dessas medidas foram sendo ponderadas, algumas delas até foram revistas e foi um caminho que nós fizemos.

Nós percebemos, estamos numa fase pré eleitoral, e algumas intervenções, como nós aqui vimos, estão mais sintonizadas com a questão eleitoral do que propriamente com este documento tão importante para o nosso futuro comum, mas isto também nós compreendemos.

O que eu quero dizer, não me alongando muito sobre isto, é que, de facto, é um documento que tem uma participação e um envolvimento científico bastante alargado e bastante importante, para além das questões de dimensão social e política e, naturalmente, que há esta componente que os senhores deputados que acompanharam mais de perto este trabalho se esqueceram de falar. O que é que eu acho, quando nós temos este documento para aprovação agora na Assembleia Municipal? É que nós devemos estar muito orgulhosos de ter conseguido neste prazo tão limitado concluir um documento destes que teve tanta participação, tanto envolvimento e tanta discussão mesmo assim.

Como já disse, não podemos obrigar as pessoas a participar, mas fazemos um esforço e fazemo-lo constantemente e também o fizemos relativamente a este plano no sentido da participação das pessoas. A participação das pessoas ajuda-nos a fazer melhor, está provado, nós temos isso por experiência própria ao longo destes 20 anos. Sobre isso não temos qualquer dúvida e por isso, eu acho que este é um documento que nos orgulha a todos por se ter atingido este ponto.

Naturalmente que agora é necessário implementar este plano e ir executando algumas das medidas e começar pelas medidas que têm maior facilidade de implementação e criar as condições para que outras que serão mais difíceis de implementar, ver como é que poderemos chegar e atingir os objetivos. Não tanto de dizer que o objetivo é reduzir os 50% aqui, 20% ali e 100% ali, nós vemos o que é que isto significa nas decisões que são tomadas nos órgãos internacionais, ficamos sempre muito aquém desses objetivos. E quando estamos a falar desses órgãos internacionais ou destas instituições internacionais, nós estamos a falar de tomar decisões num plano global, não é a mesma coisa, porque num município não se tem essa capacidade, não depende de nós muita coisa. O que é importante é que todos estejam empenhados em ir mais além sempre, esse é o grande objetivo, não quer dizer que não se possam estabelecer algumas metas, e isso acho que sim, mas é preciso sabermos do que é que nós estamos a tratar. Estamos a tratar de uma multiplicidade de questões, de problemas e muitas das situações não dependem sequer da decisão municipal.

Portanto, termos um documento com tantas orientações e abrangendo um leque tão alargado de matérias que são problemas ou que contribuem para a questão dos problemas ambientais, isso é, de facto, já um passo extremamente importante para nós irmos mais além na redução do impacto das alterações climáticas. Esse é que eu acho que é o nosso grande objetivo e para isso é que os órgãos municipais, a Comissão Municipal de Ambiente, o Conselho Municipal de Ambiente que, entretanto, foi criado, a Comissão Técnica de Acompanhamento ou a Comissão Científica de Acompanhamento que foi criada, todos deram os seus contributos no desenvolvimento das iniciativas, dos projetos e o seu contributo no sentido de irmos o mais além possível.

Relativamente aos financiamentos, todos sabemos que é muito difícil a capacidade de os orçamentos municipais dar resposta com resultados mais avançados relativamente a alguns projetos que estão aqui. Vamos ver se nas candidaturas, nos financiamentos ou nos cofinanciamentos se haverá condições que sejam criadas para nós irmos mais além sempre nesse objetivo.

Esta é que é a questão que nos deve reter, que nos deve orgulhar de termos atingido esse objetivo, que é de aprovar nos órgãos o plano e que depois acompanhemos, também, a sua execução, tendo em conta que será muito difícil nós atingirmos aquilo que seriam os objetivos de termos termo às alterações climáticas. Como

nós sabemos, não é esse o objetivo, não pode ser esse o objetivo, isso depende de outros, mas que nós também temos a responsabilidade de contribuir e é isso que está aqui.

As questões eleitorais ou as questões de dizer mal por dizer mal, é que às vezes temos essa tendência, não é um bom caminho para tratarmos um assunto e uma temática que é tão importante para o nosso futuro comum, é uma responsabilidade que temos, também, para com as gerações vindouras e apelava aos senhores deputados municipais e a quem nos está a ouvir para contribuírem para que este plano e estas medidas possam ir o mais longe possível.

Presidente da Mesa – A votação desta deliberação, julgo que se não houver qualquer objeção, tem implícita aquela recomendação que veio da Comissão de Ambiente, tanto que o acompanhamento deste Plano de Ação fará parte das competências naturais da Comissão de Ambiente que reportará depois ao plenário da Assembleia Municipal. Vamos então votar.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PPD/PSD e 1 do BE, e 14 abstenções, 10 do PS, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

6. Deliberação n.º 18/2025/AM – Delib. CM n.º 196/2025 – Reconhecimento do Interesse Público Municipal (Utilidade Pública) do Projeto de Expansão do Hospital da Luz Setúbal e respetivas obras de urbanização

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PSD, do CH e da IL, as abstenções do PS e do BE e o voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

António Costa Ferreira (PSD) – Sobre este processo, que trata de um benefício a atribuir a um hospital que muito tem contribuído para atenuar as dificuldades do Serviço Nacional de Saúde, que é a sua ampliação, e na Comissão ficaram de esclarecer, porque os elementos que constam não são perceptíveis, e este processo que chega à Assembleia não tem um parecer técnico dos serviços sobre os impactos desta ampliação. Nós sabemos que aquela via, embora seja já do domínio municipal, trata-se de uma Estrada Nacional com grande afluência e onde há já grandes congestionamentos de trânsito e se olharmos para a densificação na Rua das Machadas, vai-se tornar um caos toda aquela zona em termos de trânsito.

O PSD, ao longo de vários mandatos, tem proposto uma variante circular externa denominada ponte, ligando a A12 à A10 com intercessões da Estrada das Machadas, da Estrada da Baixa de Palmela, a Estrada Municipal 531, a Estrada Nacional 252, estar a funcionar como a radial e as outras como circular e estas radicais requalificadas.

Não há nenhum estudo sobre aquilo que o requerente pretende, se aquilo que vai ser ocupado é aceitável ou não e ficaram de nos dar esses dados, a implicação da atribuição do reconhecimento de interesse público se vai mexer com as alterações que o PDM prevê para a zona.

Por outro lado, estamos apreensivos, porque é a bondade de um projeto, mas que a Câmara não tem resolvido os problemas de congestionamento que se têm adensado e vejo com grande preocupação, porque no PDM essa possível circular está projetada no final dos 10 anos. Ora, isto não se compadece e aquilo vai ter de ter uma solução, senão é um inferno com este aumento de 50% de utilização do hospital e com o crescimento de trânsito que vai gerar. Para além do desenho que aparece não ser suficientemente claro, o Dr. Raminhos, que esteve na reunião, ficou de enviar, mas não chegou e acho que nem à Comissão.

Era isto que eu tinha para dizer, embora, obviamente, o nosso voto seja favorável, mas com estas apreensões e recomendações.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal valoriza a liberdade de escolha em matéria de saúde e reconhece o papel essencial da iniciativa privada no reforço da qualidade e da capacidade de resposta do sistema de saúde.

A expansão do Hospital da Luz em Setúbal representa um investimento significativo que contribuirá para uma maior e melhor oferta de cuidados de saúde à população, complementando o Serviço Nacional de Saúde e promovendo a dinamização da economia local.

Reconhecendo, também, o cuidado colocado no respeito pelas regras de Ordenamento do Território e a proporcionalidade da intervenção em zonas de RAN, votamos favoravelmente o reconhecimento de interesse público deste projeto.

Mariana Crespo (PAN) – O PAN adota uma postura crítica em relação à presente proposta de reconhecimento do interesse público do projeto de expansão do Hospital da Luz em Setúbal, refletindo, por um lado, uma questão formal quanto à real necessidade ou não de utilizar espaço de rede agrícola nacional e cuja necessidade entendemos não ter ficado inteiramente assente em reunião de comissão prévia. Caso se venha a verificar a não necessidade de recorrer a espaço RAN, ao votarmos favoravelmente o reconhecimento do interesse público, reaceamos que se abra um precedente necessário para a zona em apreciação.

Por outro lado, a utilização do solo agrícola para a expansão privada não pode ser a solução fácil para a falta de planeamento ou pressão imobiliária. Num contexto de crise climática e insegurança alimentar crescente e perda acelerada de biodiversidade, o solo agrícola deve ser considerado um recurso estratégico e não um espaço disponível para expansão urbana. Igualmente relevante, a expansão do Hospital da Luz obrigará necessariamente à reformulação das vias rodoviárias de acesso, implicando necessariamente para tal o desvio de recursos públicos em prol de um projeto privado.

Reaceamos, em particular, que o investimento em infraestruturas privadas possa desviar recursos que deveriam ser canalizados para outras áreas mais prioritárias.

Acreditamos, também, que o foco deve estar na revitalização e fortalecimento do SNS, garantido que todos os cidadãos tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade e equitativos. A expansão das unidades privadas, como o Hospital da Luz, deve ser cuidadosamente avaliada para assegurar que não compromete os princípios da universalidade e equidade que devem reger o sistema de saúde em Portugal.

Assim, o PAN vota contra esta proposta, apelando a uma reavaliação séria do projeto com alternativas que respeitem os limites ecológicos e o real interesse coletivo.

Ilídio Ferreira (PS) – O reconhecimento do interesse público implica existência, por um lado, de vantagens para quem beneficia desse interesse público e, por outro, vantagens para o interesse público, digamos assim. Neste caso, as vantagens para quem beneficia é o Hospital da Luz, concretiza-se num diferencial de construção de 2.390 m², em condições normais aplicando o índice a área de construção seria de 11.610, com o interesse público poderão construir 14 mil m², um aumento de 2.390. Por outro lado, a possibilidade, como já foi dito, de ser retirada da Reserva Agrícola Nacional uma parcela de terreno que ainda não é certo que tenha de ser de forma, conforme o Dr. Vasco Raminhas o disse à Comissão, mas poderá vir a ser para efeitos de execução do troço de circulação interna na área do hospital.

Importa, então, ver o interesse público para a Câmara Municipal, para a população de Setúbal. Desde logo toda a gente reconhecerá, penso eu, o interesse da prestação de serviços por parte desse hospital e o que é dito é que com o aumento da área, que passará das 10.400 m² (que tem atualmente) para mais 14.000 que é um aumento significativo, aumentou a sua capacidade de serviço em mais 50% e haverá um aumento de tráfego de 40%.

De facto, esta questão do tráfego, para além de ter sido referido que fazia falta, como disse o Costa Ferreira, e na comissão transmitimos que fazia falta a existência de mapas mais elaborados, com desenhos mais completos e, eventualmente, também parecia útil um parecer dos serviços essencialmente sobre o tráfego e as acessibilidades, que também não consta.

Aquilo que foi objeto de maior discussão foi, de facto, a questão do problema viário, das acessibilidades. Todos sabem que quem se desloca durante o dia de Azeitão para Setúbal na antiga Estrada Nacional 10, que, principalmente, ao início da manhã às 8h/8h30 e ao fim da tarde a partir das 18h/19h, o trânsito chega quase às bombas de gasolina da BP. As soluções viárias que são apresentadas para este crescimento não vão resolver o problema, bem pelo contrário, não falando também do estacionamento que, neste momento, é feito na Estrada Nacional nas imediações do hospital e que dificultam e trazem problemas ao trânsito. As soluções que são apontadas, que é um nó no lugar do cruzamento atual, feito anteriormente, o nó poderá resolver o problema do acesso ao hospital, admitimos que sim, mas seguramente não vai resolver o problema da acessibilidade a Setúbal, vai complicar mais.

Nós gostaríamos de colocar ao executivo duas questões muito concretas sobre esta matéria.

Primeiro, se faz sentido, nós pensamos que não, que o Hospital da Luz cobre pelo estacionamento no interior do hospital? É cobrado como sabem e isto tem potenciado que as pessoas em vez de meterem lá no estacionamento e quem, por exemplo, vai para uma consulta que esteja lá 4 horas ou para um tratamento, já são uns euros, não sei exatamente quantos, mas seguramente serão 3 ou 4 euros. É significativo para as pessoas que vão lá muitas vezes e que têm de pagar sempre ou então deixam o carro na estrada.

Nesta altura em que vai haver um aumento de estacionamento, em que o reconhecimento público e a Câmara estão disponíveis para o fazer, portanto, permitir um aumento da área de construção, acho que é uma questão que a Câmara deveria colocar ao hospital e que era acabar com o pagamento do estacionamento privado. Se fosse mais perto da cidade, ainda se podia pensar que as pessoas poderiam ir lá deixar o carro e vir a pé para a cidade para não pagar estacionamento, ali julgo que essa questão não se coloca, não há ali indústrias, não há serviços ali à volta e quem vai estacionar no estacionamento do hospital é para ir ao hospital.

A segunda questão, é a eventual comparticipação do Hospital da Luz na circular que já foi referida. O problema do trânsito na entrada de Setúbal só se resolverá quando aquela circular tiver construída, é inevitável e ela tem sido sucessivamente adiada. Não me recordo, nestes 24 anos da CDU, posso estar errado e se estiver e quem tiver a memória melhor que a minha que me transmita, mas não me recordo da CDU nestes 24 anos ter feito uma obra infraestrutural para resolver o problema do tráfego na nossa cidade. Não me recordo. Foram sucessivamente adiando, ainda agora no Plano Estratégico Municipal, que consta do Plano Diretor Municipal, as duas circulares existentes e previstas no plano são enviadas para os 8º, 9º e 10º ano de execução. E foi 8º, 9º e 10º, porque só está previsto até ao 10º ano em termos financeiros, se calhar, se tivesse previsto mais anos... Os PDM's, também estão elaborados a pensar que duram 10 anos.

Eu recordo, por exemplo, quando o Jumbo se instalou em Setúbal, já lá vão 30 e tal anos, portanto, há pessoas aqui que não se recordarão, umas porque não estavam cá ainda na região de Setúbal, outras porque não tinham nascido. Eu estava na Câmara nessa altura, recordo-me bem, e quando o Jumbo se instalou em Setúbal, o Jumbo gastou milhões de contos em infraestruturas viárias, desde passagens superiores, alargamento de vias da Antero de Quental, não sei se estou a dizer o nome correto, a cabeça já vai de vez em quando falhando. Mas o Jumbo gastou muito, muito dinheiro na criação de condições e isto não deve ser visto como uma exigência, deve ser visto como a criação de condições para a instalação, para o aumento daquela área.

Julgo que, não era dizer ao Hospital da Luz para fazer toda a via circular, como é óbvio, que custarão muitos milhões de euros, mas, se calhar, se houvesse da parte deles essa disponibilidade conjuntamente com a Câmara e, eventualmente candidaturas comunitárias, etc., etc., fosse possível resolver essa parte do trânsito, porque há uma outra circular aqui do outro lado, mas parece-me que está por resolver o problema do acesso à cidade para entrada da Estrada Nacional 10, parece-me mais complicada e como disse o Costa Ferreira, com o hospital, com o novo hotel ali naquela zona da rotunda, com a construção que agora foi criada e que começará a ser habitada dentro de pouco tempo, onde eram as instalações da Universidade Moderna, seguramente, dentro de poucos anos o trânsito vai piorar significativamente e vai-se tornar impossível entrar em Setúbal nas horas de ponta.



Portanto, deixo aqui à Câmara Municipal esta questão que abordámos com o Dr. Vasco Raminhas, obviamente, que é uma questão política e ele esclareceu os aspetos técnicos, conforme é normalmente apanágio dele, mas sobre esta questão ficou calado e, portanto, deixo ao executivo aqui que me parece uma matéria que deveria ser refletida seriamente por parte da Câmara Municipal.

Vítor Rosa (BE) – A primeira nota, que é extensível à proposta seguinte, é que a justificação do pedido de reconhecimento de interesse público é suportado quase exclusivamente pelos considerandos e fundamentos apresentados pelo requerente. São factos, mas a estes factos, a Câmara pode e deve também apresentar os seus considerandos e fundamentos.

Continuam a subsistir, para nós, dúvidas relativamente a este reconhecimento de interesse público pelo seu impacto, nomeadamente, no trânsito, nas necessidades derivadas do aumento da procura destes serviços, pela sua inação perante o investimento anunciado e ampliação das infraestruturas apresentadas nesta deliberação que vão, de certeza, provocar e que as informações aqui apresentadas são, em nossa opinião, insuficientes para merecer a nossa concordância ou voto favorável.

Percebemos e compreendemos a necessidade de mais respostas e alternativas à falta de respostas no campo da saúde para agora e para as gerações futuras, mas essa não pode ser a razão para aprovar, quase de olhos fechados, as alternativas que são apresentadas, mas que na nossa opinião podem e devem ser sustentadas com informação clara e transparente para merecer o nosso apoio.

Presidente da Câmara – Eu não participei na reunião da Comissão e, por isso, não posso dizer nada sobre isso, agora, eu tenho aqui, como os senhores deputados municipais têm, os documentos que foram distribuídos. Acho que algumas das questões que foram aqui colocadas, a meu ver, estão esclarecidas nestes documentos.

O que se trata aqui não é da aprovação do projeto de expansão do Hospital da Luz, o que se trata aqui é uma proposta de desenvolvimento do projeto de uma das vias de interesse municipal passar na área da RAN. E o que se está aqui a solicitar, e que é obrigatório ser a Assembleia Municipal a pronunciar-se, é que se faça a declaração de interesse público deste projeto para que a Reserva Agrícola Nacional possa ponderar no sentido de viabilizar esta obra.

Se ver no boneco, esta obra é apenas uma via para garantir melhores condições de mobilidade dentro do hospital e também na perspetiva de mais tarde se fazer a ligação da via que está projetada entre a Estrada Nacional 10 e a Estrada 252 e agora a Avenida dos Ciprestes. É uma via que está projetada no PDM e que no fundo é como nós costumamos fazer, é com este investimento criarmos já as condições para que essa via possa vir depois a desenvolver-se. Mas o que está aqui em causa e o que se justifica aqui é se, a Assembleia Municipal considera de interesse público este projeto, no sentido de que se possa solicitar à Direção-Geral da Agricultura essa viabilidade da desafetação daquela área, creio que de mil e poucos metros, para que se possa desenvolver o projeto tal como ele é aqui apresentado.

Esta é uma primeira questão que se coloca aqui à Assembleia Municipal, aos senhores deputados.

A outra questão está relacionada com questões que os senhores deputados aqui colocaram e que tem a ver com a variante. A variante está considerada, pela primeira vez no PDM e teve uma discussão pública na altura e que é um projeto de grande envergadura e que, como certamente quem acompanhou melhor a proposta terá bem a ideia de que em alguns troços ela atravessa o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. Os senhores sabem o que é que isto significa, agora, quem fez esta projeção da via considera que ela deve, embora seja em poucas áreas, em áreas muito limitadas, mas é, de facto, esse o traçado que está perspetivado no Plano Diretor Municipal. São coisas diferentes, peço imensa desculpa, mas nós não podemos estar a dizer ao HOSPOR nesta expansão para financiar essa via. Para nós, que gerimos o município, naturalmente que são coisas interligadas para um investidor que aquilo que está a ser solicitado é aquilo que é o enquadramento legal destes investimentos.



O senhor deputado Ilídio Ferreira fez aqui uma comparação que eu acho que vale a pena nós atendermos. O senhor deputado disse que quando o Jumbo veio fez grandes investimentos e eu pergunto, quando o Alegro veio quantos investimentos é que fez? Transformou toda esta frente, incluindo investimentos dentro da cidade, designadamente infraestruturas.

Quando nós fazemos esta intervenção e quando há estes investimentos, naturalmente, que procuramos tirar o maior proveito dos investimentos, mas é preciso que eles sejam razoáveis e, para além daquilo que é legal e que é obrigatório, é preciso que depois a outra parte seja razoável no sentido de que o investidor considere que também daí trará benefícios. Não me parece que o caso em apreço tenha muito a ver com isso e, portanto, queria chamar a atenção para isto.

Naturalmente, que o que está aqui em causa são investimentos do próprio investidor, vários investimentos de interesse público, alguns milhões estarão em causa e isso está tudo explicado no documento e não vou aqui alongar-me mais sobre o que está escrito no documento que os senhores deputados têm junto à proposta.

O interesse público é para que o promotor possa ir junto à Reserva Agrícola Nacional solicitar a desanexação da Reserva Agrícola daquele troço da via, que é uma via de interesse municipal e que vai ser construída pelo promotor. Não estou a dizer que não é também do interesse do próprio promotor, mas se nós virmos bem qual é o traçado que temos para a ligação entre a Nacional 10 e a 252, ele vai de encontro àquilo que é o traçado que está previsto para essa via e que é uma via municipal. Era só para esclarecer isto para que não haja aqui interpretações que não vêm aqui ao caso.

Relativamente à questão do estudo de tráfego, é óbvio que quando for para a avaliação e a apreciação do projeto em si será necessário um estudo de tráfego, mas isso é nessa fase do desenvolvimento do processo, ou seja, durante o próprio projeto. É óbvio que numa situação destas a Câmara Municipal irá exigir um estudo de tráfego, mas isso é numa outra fase deste processo e não numa fase preliminar, digamos assim, em que para se desenvolver esse projeto é necessário que haja esta viabilidade. Esta viabilidade como é que se conhece? Como é que se atinge? É com uma declaração de interesse público por parte da Assembleia Municipal relativamente a este projeto que viabilizará, então, aquela via e a desanexação daqueles terrenos da Reserva Agrícola.

Ilídio Ferreira (PS) – Peço desculpa, mas o Sr. Presidente não clarificou, baralhou pelo menos os membros da Comissão, nós tivemos uma discussão alargada sobre o assunto e ficámos, penso que todos, devidamente esclarecidos e aquilo que disse não esclareceu nada, baralhou, penso eu.

O Sr. Presidente disse que o que eles vão fazer na zona da RAN é uma via de interesse municipal, mas não é, é um pequeno troço de distribuição do trânsito interno dentro do próprio hospital, que poderá vir mais tarde a ligar a essa circular, mas nunca será municipal, porque a parte que eles vão construir é a parte que fica dentro do terreno deles. O Sr. Presidente penso que viu mal o projeto.

Por outro lado, a questão do estudo de tráfego ficar para uma fase posterior, nós pensamos que nesta fase deveria debruçar-se a Câmara sobre o assunto, porque o que está em causa são mais 40% de tráfego do hospital. Portanto, se o hospital hoje já movimenta, seguramente, milhares de viaturas por dia, não sei quantas serão, mas se movimentar 2 mil viaturas por dia passarão a ser mais 40% em cima. Obviamente que isto vai levar uma sobrecarga não havendo novas vias de estrangulamento.

E finalmente, ó Sr. Presidente, nós não estamos a dizer para obrigar o Hospital da Luz a fazer a via circular, porque a circular, obviamente, abrange uma área muito superior àquela que é a área de influência do hospital. Agora, o que achamos é que havendo uma sobrecarga por via do aumento da área de construção, o Hospital da Luz deveria participar na feitura dessa via. Recordo que o hospital, na altura ainda CLIPÓVOA, e peço desculpa por estar a ultrapassar o tempo, os primeiros projetos da CLIPÓVOA naquele lugar foram no tempo em que eu era vereador e era uma pequena instalação, era uma clínica pequenina. Posteriormente a isso, já houve aumentos, agora vai haver um aumento de mais 50% da área de construção e eu penso que a Câmara deveria procurar ser beneficiada, que a população, a cidade possa beneficiar de investimentos feitos por quem vai ter benefícios no alargamento da área de construção e das suas instalações.

Presidente da Câmara – É importante que não fiquemos então baralhados. Vamos lá ver se acertarmos. Primeiro ponto, o que está aqui em causa é que há um estudo para avançar para um projeto que é conhecido e que está aqui apresentado no essencial.

Esse plano, digamos assim, de desenvolvimento das infraestruturas e da implantação, é o boneco que está aqui, aponta para a construção de uma rotunda na Estrada Nacional 10 e uma via que será a via que há de dar continuação à via que está no PDM, de ligação da Nacional 10 à 252.

Estamos a falar de uma via que, naturalmente, é de interesse para o hospital que tem este projeto, mas ela é também que será feita com as condições para ser o prolongamento ou ser o início dessa via que está prevista no PDM de ligação da Nacional 10 à 252. Nós estamos a falar de algo que é do interesse do hospital, mas também é algo que é do interesse do Município.

O que acontece é que, no prolongamento dessa via, para depois se desenvolver o projeto e vir para uma outra rotunda que há de ficar situada dentro quase da própria instalação do hospital, há um troço ali que entra na área da RAN e para que assim seja feito o desenvolvimento do projeto é necessário para que a RAN possa rever esta situação, ou seja, de desclassificar área da RAN e viabilizando isso. O que, também, é fundamental para o próprio PDM, porque no PDM aquilo que está considerado como área de RAN, se não houver essa desclassificação por parte da entidade, naturalmente que também o PDM fica em causa e está inviabilizado este projeto.

Não vou agora desenvolver, mas há outros investimentos de interesse para o Município com este projeto. Agora, o que eu não posso concordar, ó senhor deputado, é que possamos colocar aqui alguns condicionamentos a esta proposta e que vínhamos a ter uma situação como aquela que existe hoje, que é uma situação de risco e já me pronunciei sobre isso, é que essa situação de risco é o estacionamento de carros de um lado e do outro da estrada. Essa situação de risco tem de terminar e quando há um investidor que diz que vão avançar com um projeto e vão resolver esse problema, nós assumimos aqui uma parte do risco, mas isto não pode continuar por mais tempo. Este projeto é para se desenvolver, para retirar dali aquela situação, para colocar lá a rotunda no sentido de aquele estacionamento em volta da estrada não poder continuar.

O que estamos a falar é, de facto, de uma situação que também é do interesse municipal, tanto no acesso a uma infraestrutura daquela dimensão, como começando o início da tal variante que está projetada no PDM, que é a ligação da Estrada Nacional 10 à 252. A variante, suponho eu, que o senhor deputado fala é uma variante que parte muito acima da área do hospital e que bordeja a área do Parque Natural, que, aliás, tem lá um caminho bastante acentuado de circulação, mas não é uma estrada.

Essa circular liga a Estrada Nacional 10 à via da autoestrada, isso é uma outra situação que, como é referido no PDM, está equacionada para 8 anos. Um projeto e uma obra daquela dimensão, que se faria por menos anos, seria um pouco irrealista, do meu ponto de vista, e o senhor deputado conhece bem estas matérias para saber que vale mais apresentarmos propostas com razoabilidade no sentido da possibilidade da sua execução, do que estarmos a reduzir os prazos sabendo que eles depois não têm viabilidade. Estamos a falar de muitos milhões de euros, de dezenas de milhões de euros de investimento.

Senhoras e senhores deputados, o que está aqui em causa é de dar ou não a manifestação do interesse público deste projeto com vista a que o promotor possa apresentar na entidade que gere a RAN, no sentido de poder vir a considerar a desclassificação daquele troço da via, para que dessa forma o próprio promotor e os serviços municipais possam desenvolver o projeto que há de ter este desenvolvimento por base. Nessa altura, obrigatoriamente, haverá um estudo de tráfego que há de verificar naquela zona da Estrada Nacional 10 que outras intervenções é que, eventualmente, será necessário fazer para além da rotunda, se for o caso.

António Costa Ferreira (PSD) – Só quero dar relevo à forma como os políticos estão a olhar e chamam-lhe um boneco, ora, isto é uma ofensa à engenharia. A questão que se coloca é esta, nós ou temos dados corretos de quanto vamos inutilizar e não é preciso estudos de execução, é preciso um estudo prévio, porque na reunião a senhora vereadora não esteve presente e ficaram-nos de dar as áreas.

Ilídio Ferreira (PS) – Enviou a área de construção... Mas o engenheiro está-se a referir a plantas.

António Costa Ferreira (PSD) – Isto que está aqui não permite fazer uma avaliação. Não é uma rotunda que se pretende, quer dizer, tem de ser dimensionada e tem de se ver os benefícios dela e isto, como o Sr. Presidente lhe chamou um boneco, vai tudo assim, mas acho que devemos respeitar mais os engenheiros e respeitar para não suceder muitas coisas que estão a acontecer.

Como o senhor há pouco não me deu resposta à questão da Avenida Rodrigues Manito que, daqui por uns anos, vai ter de se desfazer aquilo para corrigir. É estar a deitar dinheiro fora e tenho de ter a consciência livre de que alertei e não fui ouvido, paciência. Mas garanto-lhe que isto, a nível de estudo prévio, esclarecia e não havia dúvidas nenhuma, mas os serviços não se pronunciaram sobre isto, não há, digamos, um parecer, isto é a proposta do requerente.

Mais, o Sr. Presidente disse que há um corredor definido no PDM, mas já há algum estudo prévio para se estudar traçados possíveis, otimizados com estudos técnicos e com viabilidade económica? Estas coisas têm de ser feitas como deve ser, não para depois se adaptar, porque isto vai-se adensando, adensando e depois não temos alternativas.

Era isto que eu queria deixar, é uma questão de pugnar pela qualidade, porque nós temos bons engenheiros, dêem-lhes ouvidos e respeitem as decisões que eles se propõem, embora a decisão seja política, mas as coisas têm de ser pensadas e desenhadas por quem entende da matéria tecnicamente.

Presidente da Mesa – Desculpe lá a observação, mas não vai com certeza acreditar que terá sido o Sr. Presidente da Câmara ou a Sra. Vereadora que se puseram a fazer projetos e pareceres. Os estudos estão feitos, há estudos apresentados.

O senhor deputado está a pedir, praticamente, que tragam um projeto pronto e feitinho para ser avaliado.

António Costa Ferreira (PSD) – Não, não! Está a deturpar aquilo que eu disse. Eu disse a nível de um estudo prévio. Por exemplo, a área a inutilizar, qual é? Até fiquei com a ideia de que nem vai ser preciso, pelo menos foi a ideia com que eu fiquei na reunião.

Entendam a minha intervenção como uma crítica positiva na qualificação das situações e das obras também.

Vereadora Rita Carvalho – É só para ajudar a esclarecer, o que está aqui em causa é o reconhecimento do interesse público daquela atividade, não está em causa o licenciamento daquele projeto, nem daquela intervenção no que diz respeito à rotunda ou às vias.

Este reconhecimento permite ao HOSPOR, junto da entidade da DRAPLVT, se for necessário pedir a desafetação de solos RAN para a construção do acesso viário como foi explicado na Comissão de Urbanismo. E permite, ainda, outra coisa, é que tendo esta viabilidade, por parte da DRAPLVT, a submissão de um processo à Câmara, esse sim com o dimensionamento técnico da área a desafetar, do dimensionamento da rotunda, do estudo de tráfego conformando com aquilo que é o projeto a apresentar à Câmara para licenciamento.

Nesta fase, não há condições de apresentar mais informação, nomeadamente, no que diz respeito às plantas ou aos estudos técnicos, porque não é nesta fase que tem cabimento a apresentação dessa informação aos serviços municipais.

Paulo Lopes (PS) – É preciso, também, assumir que este estatuto de utilidade pública é para se fazer a ampliação do hospital em mais 2 mil m², e tem que se assumir isso sem qualquer tipo de tabus, porque à Câmara Municipal, e há pouco discutimos uma moção sobre saúde apresentada pela Iniciativa Liberal e estamos à vontade porque o PS até votou contra e penso que a CDU também, compete licenciar o edifício e o uso, mas resolver os problemas da saúde num nível mais genérico e abrangente compete ao Governo na Assembleia da República.

Aquilo que estamos aqui a votar é a possibilidade do hospital, sendo a rua mais assim ou mais assado, poder-se proceder à sua ampliação sem grandes dúvidas sobre se o traçado é mais assim ou mais assado.

Sou da opinião, como o meu camarada Ilídio Ferreira aqui disse, que devia ser um projeto mais abrangente. Lembro-me que quando foi a DECATHLON, fez-se um projeto muito abrangente, em que se fizeram novas infraestruturas, etc., etc., mas enfim. Entre outros projetos que no passado foram tidos e em que efetivamente os promotores como tinham interesse financiaram, através de contratos de urbanização novas vias, etc..

Portanto, eu acho que esse deve ser o caminho e não ficarmos só pela rotunda, deve ser algo mais que depois deve ser negociado, porque estas coisas também são faladas, é a política a ser feita no dia a dia para podermos fazer mais e podermos ter uma maior intervenção por parte do interessado em fazer mais obra pública.

Presidente da Mesa – Creio que não é possível espremer mais este assunto, trata-se de um reconhecimento de interesse público que viabiliza o início de um procedimento de elaboração de projetos, etc. Não se pode querer que eles já venham feitos antes do reconhecimento sequer do interesse público.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 da IL, 1 voto contra do PAN e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

7. Deliberação n.º 19/2025/AM – Delib. CM n.º 250/2025 – Reconhecimento do Interesse Público Municipal (Utilidade Pública) do Projeto de Ampliação da Estrutura Residencial para pessoas idosas da Liga dos Amigos da Terceira Idade – Processo nº 357/25

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD, do CH, do PAN e da IL e a abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal gostava de destacar o trabalho da Liga dos Amigos da Terceira Idade, mais conhecida por LATI, é uma instituição que, desde 1979, tem sido um pilar fundamental no apoio à população idosa de Setúbal.

A LATI desenvolve uma vasta gama de serviços, desde cuidados residenciais, atividades culturais e educativas promovendo o envelhecimento ativo e a integração social dos nossos idosos. A realidade demográfica do nosso concelho é clara, a população está a envelhecer e neste cenário é imperativo reforçar as infraestruturas e os serviços dedicados à terceira idade.

A proposta de ampliação da estrutura residencial para pessoas idosas da Liga dos Amigos da Terceira Idade surge como uma resposta concreta a esta necessidade permitindo aumentar a capacidade de acolhimento e melhorar as condições de vida dos nossos idosos. Reconhecemos o mérito da LATI e apoiamos plenamente esta proposta que representa um investimento no bem-estar da nossa comunidade.

Por essas razões votaremos favoravelmente esta proposta de reconhecimento do interesse público municipal à ampliação da estrutura residencial para pessoas idosas da LATI.

António Costa Ferreira (PSD) – Eu não me vou repetir, mas esta proposta enferma das mesmas insuficiências, na minha opinião.

Há uma preocupação aqui, a área a impermeabilizar e espero que haja medidas de mitigação para aquela zona que é uma zona propícia a inundações e se vão impermeabilizar mais espaço, porque aquela é uma zona já altamente densificada e quero deixar essa preocupação para haver essas medidas de mitigação.

Rui Lamim (PSD) – Só para deixar, agora que estamos a terminar, uma nota final sobre as plantas, sobre os desenhos, sobre os gráficos, sobre aquilo que nos é apresentado. Nós inferimos e vamos votar favoravelmente esta proposta, este reconhecimento, só que a densificação da localização é da inteira responsabilidade do requerente, um desenho, dois desenhos e é o quê? Onde é que está a legenda?

Eu sei o que é, mas não está aqui escrito na legenda, não está escrito no mapa e é este o problema. O alerta é, grande parte dos desenhos dos mapas que aqui nos são apresentados, não são suficientemente explícitos, nem precisos, o que nos leva a que tenhamos dúvidas acerca do que estamos a votar e, por vezes, essas dúvidas podem custar caro naquilo que é a interpretação, porque pela visualização destes desenhos não se consegue perceber qual é a área que se ganha ou qual a área que se perde. É pena!

Façam favor de fazer melhor, porque podem fazê-lo e conseguem, não é muito difícil.

Vítor Rosa (BE) – Esta proposta, também, merece da nossa parte reservas, sendo que a sua apresentação carece de uma informação mais aprofundada.

Não podemos aceitar e passar um cheque em branco, quando no seu ponto 10 nos diz para contribuir na mitigação dessa problemática, da necessidade de criar mais respostas a mais de 72 idosos residentes. A LATI planeia conceber o projeto para a ampliação da sua ERPI, ou seja, ainda estamos à espera de um planeamento do projeto.

Nada nos move contra esta associação com provas dadas no apoio social no nosso concelho, mas devemos ter uma base de exigência e transparência nos benefícios que esta instituição ou a que debatemos anteriormente podem obter com este reconhecimento de interesse público municipal em que haja coerência na defesa do bem público e por isso nos vamos abster.

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista vai votar favorável esta proposta e não consigo perceber a pouca transparência neste processo que agora o deputado municipal, Vítor Rosa, falou. É que, efetivamente, o PDM, na minha opinião, está mal classificado neste espaço e, portanto, não permite uma ampliação, porque devia estar como equipamento e não está, está como espaço consolidado. Portanto, não permite uma ampliação dos serviços, aqui não há nada demais.

Para se fazer um projeto tem que se ter uma base de quantos metros quadrados é preciso ter e o que está aqui em causa é mesmo isso, a associação para crescer precisa de ter espaço e o espaço era até uma antiga instalação onde deles começaram, uma casa que não sei se é de madeira ou forrada a madeira, quase antes de eu nascer, arriscaria, deveria ter uma classificação que lhes permitiria poder ampliar, porque é um equipamento e não foi classificado dessa forma, por erro, não interessa, mas é preciso resolver e é apenas isso. Não há aqui que lançar dúvidas onde não existe absolutamente dúvida nenhuma.

Também, queria deixar aqui escrito em ata.

Vereadora Rita Carvalho – Esclarecer que o que está aqui em causa novamente é o reconhecimento do interesse público desta atividade.

Este reconhecimento, como sabem, o Plano Diretor Municipal que está vigente desde o início deste ano, definiu que para as áreas classificadas como equipamento, e esta é uma área classificada como equipamento, há um índice padrão de 0,5, sempre que há uma necessidade ou uma perspetiva de construção superior ao índice de 0,5 está sujeita à apreciação da Assembleia. É isso que está aqui em causa, é a possibilidade de ultrapassar o índice de 0,5 e isso só é possível com o reconhecimento de interesse público pela Assembleia Municipal.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.


Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 50.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e dez minutos do dia trinta de abril, de dois mil e vinte e cinco.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de 27 de junho de dois mil e vinte e cinco, contém cinquenta e seis folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente, e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,


Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,


Eusébio Manuel Candeias

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*